

## AREA RESTRITA

Relatório Completo 29/09/2015 às 12:10:46

Total de (80) Proposições.

### PL 4389/2004

**Autor:** Deputado João Campos (PSDB/GO)

**Relator:** Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO).

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 18/09/2015 às 11:02 gratuidade no transporte de cadáveres e órgãos humanos
<b>O que é</b>	modificado em 18/09/2015 às 10:53 GRATUIDADE DO TRASLADO INTERESTADUAL DE CADÁVERES OU RESTOS MORTAIS HUMANOS, BEM COMO DE ÓRGÃOS E TECIDOS HUMANOS PARA FINS DE TRANSPLANTE, POR EMPRESAS BRASILEIRAS DE TRANSPORTE AÉREO.
<b>Situação</b>	modificado em 18/09/2015 às 10:53 Pronta para Pauta na Comissão de Seguridade Social e Família - CSSF. Parecer da Relatora, Dep. Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), pela aprovação. Inteiro teor. Aguardando realização de audiência pública. 02/06/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Aprovado requerimento do Sr. Darcísio Perondi que solicita a realização de Audiência Pública para discutir o PL 4389/2004, do dep. João Campos. Retirado de pauta pela Relatora.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 18/09/2015 às 10:53 DIVERGENTE O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencial, no pressuposto de que os custos gerados pela gratuidade serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não à sociedade, a quem cabe financiar a seguridade social, ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total.

### PL 2974/2008

**Autor:** Deputado Lira Maia (DEM-PA)

**Relator:** Deputado Paes Landim (PTB-PI)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 18/09/2015 às 11:05 conceder crédito de franquia de bagagem
<b>O que é</b>	modificado em 18/09/2015 às 11:05 Concede ao passageiro crédito de quilos quando os pertences despachados não totalizarem o peso máximo a que tem direito como franquia de bagagem, podendo utilizá-lo para abater excesso de peso em viagens futuras.
<b>Situação</b>	modificado em 18/09/2015 às 17:33 CD ? Mesa Diretora (arquivado em 31.01.2015, nos termos do art. 105 do RI da CD). Aprovado na

## AREA RESTRITA

CVT e CDC. Projeto pode ser arquivado em definitivo.

### Nossa Posição

modificado em 18/09/2015 às 17:33

#### DIVERGENTE

A possibilidade de a franquia de bagagem não utilizada ser convertida em crédito aos passageiros que não a esgotem interfere na liberdade das empresas determinarem livremente os preços dos seus serviços (tarifas), o que implicará na elevação dos seus custos operacionais, com efeitos danosos sobre os preços das passagens.

Além disto, a operacionalização da proposta ficará comprometida nos casos em que um número elevado de passageiros detentores de "créditos" de bagagem pretenda utilizá-los no mesmo voo, o que ensejaria sobrepeso, pondo em risco a segurança da aeronave.

## AREA RESTRITA

### PL 4804/2009

**Autor:** Dep. Elcione Barbalho (PMDB/PA)

**Relator:** Dep. Giroto (CVT)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 18/09/2015 às 17:39 tabelar preços de tarifas aéreas
<b>O que é</b>	modificado em 18/09/2015 às 17:36 Modifica a Lei nº 11.182, de 2005, para restringir a aplicação do regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares.
<b>Situação</b>	modificado em 18/09/2015 às 17:36 CD/Mesa Diretora, em 28/03/12: PL transferido para o Plenário. A CVT rejeitou o Projeto, nos termos do parecer do relator, Deputado Giroto.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 18/09/2015 às 17:36 DIVERGENTE O PL objetiva restringir a liberdade tarifária assegurada no art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, nos termos abaixo:

?Art. 49. Prevalecerá o regime de liberdade tarifária na prestação de serviços aéreos regulares em linhas exploradas por mais de um concessionário ou permissionário, cabendo-lhes, nesse caso, determinar suas próprias tarifas, comunicando-as à ANAC na forma e no prazo que a Agência definir.

§ ?1º Nas linhas aéreas exploradas por apenas um concessionário ou permissionário, a prestação de serviços regulares estará sujeita às regras tarifárias que a ANAC lhe impuser, no intuito de evitar preços abusivos.?

A liberdade tarifária em conjunto com a liberdade de exploração de qualquer linha aérea constitui instrumento fundamental para o desenvolvimento do transporte aéreo. A proposição legislativa gera um modelo híbrido, em que a maior parte das linhas hoje exploradas se sujeitaria a restrições impostas pelo órgão regulador, sobretudo em linhas aéreas regionais. A proposta impacta a eficiência econômica e prejudica a competitividade das empresas, podendo resultar em abandono de rotas de menor tráfego. Além disto, a proposta implicaria em aumento do custo regulatório da ANAC e insegurança jurídica às companhias aéreas, que poderiam vir a ter seus preços tabelados, repisando o mesmo modelo que levou à falência, simultaneamente e num curto período de tempo, as empresas que compunham os Grupos VARIG, VASP e TRANSBRAHIL.

O êxito do modelo tarifário atual, levou à redução dos preços médios das passagens aéreas em de 50% nos últimos anos, enquanto a quantidade de passageiros transportados mais que dobrou no mesmo período, demonstrando que a adoção do regime de liberdade tarifária combinado com o regime de liberdade de exploração de qualquer linha aérea aumentou a eficiência do mercado e propiciou maior concorrência entre as empresas aéreas.

A proposição se convertida em lei implicará em greve retrocesso, com prejuízo, sobretudo, para os

## AREA RESTRITA

consumidores.

### PL 3037/2011

**Autor:** Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

**Relator:** Deputado JÁ ´ Moraes (PCdo B - MG)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 18/09/2015 às 17:43 impor desconto 50% nos preços das passagens aéreas - VER APENSADOS
<b>O que é</b>	modificado em 18/09/2015 às 17:43 Altera a Lei nº 8.899/94, para concessão de desconto de cinquenta por cento nas tarifas de passagens aéreas para atletas portadores de deficiência nos deslocamentos destinados à participação em competições nacionais e internacionais.
<b>Situação</b>	modificado em 18/09/2015 às 17:43 CSSF aguardando votação do parecer da Relatora, na CCSF, pela aprovação, com substitutivo.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 18/09/2015 às 17:43 O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem previamente com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencialista, no pressuposto de que os custos gerados pela redução das tarifas serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não ao Estado, a quem cabe destinar recursos públicos para a promoção do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento (CF, art. 217, II), ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total.

## AREA RESTRITA

### PLS 81/2012

**Autor:** Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)

**Relator:** Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:31 impor ?tarifa zero? para o transporte das pessoas que menciona
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:31 Inclui no sistema de transporte coletivo interestadual o modal aéreo, com a finalidade de assegurar o benefício do passe livre (tarifa zero) aos passageiros do transporte aéreo que sejam portadoras de doenças graves ou incapacitantes e comprovadamente carentes.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:31 SF ? CDH, designado como relator o Senador Lindbergh Farias
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 15:31</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>A Lei nº 8.999/94 concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual. O PL em tramitação acresce novas disposições à Lei em vigor para: (i) estender o benefício também para os portadores de doenças graves ou incapacitantes, além dos portadores de deficiência; (ii) esclarecer que o sistema de transporte coletivo interestadual abrange os modais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aéreo; (iii) estabelecer que a utilização do passe livre é condicionada à comprovação de que a viagem tem por finalidade tratamento de saúde; (iv) estabelecer que as empresas transportadoras ficam obrigadas a reservar dois assentos por veículo, exceto no transporte aéreo, que fica obrigado a um assento; (v) estender o benefício ao acompanhante igualmente hipossuficiente (carente), se atestada a imprescritibilidade do acompanhamento.</p> <p>O projeto estende para o transporte aéreo doméstico a reserva de duas vagas gratuitas por aeronave (passe livre) para os portadores de doenças graves ou incapacitantes, além dos portadores de deficiência, instituindo o benefício social sem indicar a necessária contrapartida, ou seja, institui política social assistencialista, sem indicar a necessária contrapartida da fonte de custeio pública. De regra sustenta-se que a adoção de tal política é compatível com o novo pacto social expresso na Constituição Federal de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).</p> <p>Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a CF determina que a seguridade social seja financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade, estabelecendo que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). Todavia, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), porém ressalva que devem ser observadas as disposições do seu</p>

## AREA RESTRITA

art. 154, I, que autoriza a União a criar, mediante lei complementar, impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os demais consumidores que não sejam carentes.

### PLS 303/2012

**Autor:** Senadora Ana Amália (PP/RS)

**Relator:** Senador Vicentinho Alves (PR/TO)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:33 assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças.
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:33 Altera a Lei nº 6.009/73, que dispõe sobre a utilização e a exploração dos aeroportos, das facilidades à navegação aérea e dá outras providências, para assegurar tratamento tarifário isonômico entre voos domésticos e internacionais com origem ou destino em cidades-gêmeas fronteiriças.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:33 SF- CI, pronta para a pauta, com minuta de parecer favorável da matéria, com uma subemenda à Emenda nº 1 ? CAE, do relator, Senador Vicentinho Alves. 12/08/2015 - CI - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura - Em reunião realizada nesta data, é concedida vista coletiva da matéria. 03/09/2015 - PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:33 CONVERGENTE A iniciativa é meritória, uma vez que por objetivo reduzir o custo do transporte aéreo internacional regional com destino ou origem em cidades gêmeas fronteiriças.

## AREA RESTRITA

### PL 3270/2012

**Autor:** Deputado Carlos Souza (PSD-AM)

**Relator:** Deputado Geraldo Thadeu (PSD-MG)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:36 estabelecer tarifa social para beneficiários do Bolsa Família
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:36  Altera a Lei nº 8.080/90, para estabelecer tarifa social no valor de 30% da tarifa para o mesmo trecho praticada pela empresa concessionária do serviço de transporte aéreo doméstico regional no dia da aquisição, a ser utilizada no atendimento de passageiros carentes, beneficiários do Programa Bolsa Família, priorizando o atendimento daqueles que necessitem do transporte aéreo para terem acesso a melhores condições de atendimento médico, obrigando a empresa concessionária a reservar um número mínimo de 30% dos assentos disponíveis na aeronave para o atendimento proposto.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:36 Mesa Diretora (arquivado em 31.01.2015, nos termos do art. 105 do RI da CD). Aprovado na CVT. O PL pode ser arquivado definitivamente. 21/08/2015 - Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) - Devolução à CCP
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:36 DIVERGENTE O projeto propõe a criação de benefício social destinado a passageiros carentes incluídos no Programa Bolsa Família, sem indicar a necessária contrapartida, ou seja, propõe que os custos decorrentes sejam suportados exclusivamente pelas empresas transportadoras.  Vide comentários ao PL 1.193/1995

### PL 4243/2012

**Autor:** Deputado Felipe Bornier (PSD/RJ)

**Relator:** Deputado Milton Monti (PR-SP)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:40 gratuidade para transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD)
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:40 Estabelece que o transporte aéreo de órgãos, tecidos e partes do corpo humano em aviões de companhias aéreas atuantes em território nacional será gratuito e obrigatório.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:40 CD - CVT, aguardando Parecer do Relator Dep. Milton Monti (PR-SP)

## AREA RESTRITA

---

### Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 15:40

#### DIVERGENTE

O PL transfere para as companhias aéreas (agentes privados) a obrigação de arcarem com os custos de uma medida que tem natureza eminentemente assistencial, no pressuposto de que os custos gerados pela redução tarifária serão repassados aos usuários do transporte aéreo e não à sociedade, a quem cabe financiar a seguridade social, ou seja, o projeto cria benefício sem indicar a correspondente fonte de custeio total.



## AREA RESTRITA

### PL 4313/2012

**Autor:** Deputado Professor Victório Galli (PMDB-MT)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:42 Transporte gratuito para idosos carentes Árvore de pensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:42 Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para tratar sobre a gratuidade para idosos no serviço de transporte aéreo doméstico.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:42 Mesa Diretora - Apensado ao PL 6963/2010
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:42 DIVERGENTE O projeto estende para o transporte aéreo doméstico a reserva de duas vagas gratuitas por veículo (tarifa zero), já estabelecidas na Lei nº 10.741/03 em benefício dos idosos com renda igual ou inferior a dois salários-mínimos, instituindo benefício social sem indicar a necessária contrapartida, ou seja, propõe que os custos decorrentes sejam suportados exclusivamente pelas empresas aéreas transportadoras.

Propõe, portanto, o autor da iniciativa, que seja instituída uma política de cunho assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade.

De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o pacto social expresso na CF de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).

Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a CF determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e estabelecendo que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). Todavia, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), ressalvando, neste caso, que devem ser observadas as disposições

## AREA RESTRITA

do seu art. 154, I, que autoriza a União a criar, mediante lei complementar, impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os demais consumidores idosos que não sejam carentes.

### PLS 39/2014

**Autor:** Senador Vital do Rego (PMDB/PB)

**Relator:** Senador Waldemir Moka (PMDB/MS)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:44 transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:44 Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para instituir a obrigatoriedade de reserva de vaga e espaço para o transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:44 SF ? Aprovado em 06.07.15. Em 08.07.15 foi remetido a Câmara dos Deputados para revisão
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:44 CONVERGENTE A proposição legislativa estabelece que os órgãos públicos civis, as instituições militares e às empresas públicas ou privadas que operem ou utilizem veículos de transporte de pessoas e cargas, por via terrestre, aérea ou aquática, são obrigados a dar prioridade ao transporte de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, devendo reservar espaço adequado à acomodação do material, na forma do regulamento, bem como uma vaga de passageiro para integrante da equipe de captação e distribuição de órgãos que acompanhará o transporte do material.

Propõe, também, que o transporte em veículo de órgão civil, de instituição militar ou de empresa pública seja feito à título gratuito, mesmo que o estabelecimento de saúde de origem ou de destino do material seja privado e que o realizado por empresa privada seja a título oneroso, respeitados os seguintes critérios: I ? se os estabelecimentos de origem e de destino do material são de natureza privada, o pagamento será feito conforme acordo entre as partes; II ? se o estabelecimento de origem do material é público e o de destino é privado, o pagamento será feito pelo destinatário, conforme acordo entre este e a empresa; III ? independentemente da natureza pública ou privada do estabelecimento de origem, se o destinatário do material é estabelecimento

## AREA RESTRITA

público, o pagamento será feito pelo Sistema Único de Saúde, segundo as normas aplicáveis à contratação de serviços pelo Sistema.

Por fim, permite a gratuidade do transporte concedida por cortesia da empresa, vedada contrapartida ou compensação de qualquer natureza por parte da União.

O PLS é adequado e atende o interesse público.

## AREA RESTRITA

### PL 556/2015

**Autor:** Deputado Felipe Bornier (PDS/RJ)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:48 tarifa especial para menor de dois anos Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver CD)
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:48 Estabelece que no transporte doméstico de crianças com menos de dois anos de idade não poderá ser aplicada tarifa maior do que o equivalente a dez por cento da tarifa de adulto, desde que não ocupem assento e estejam ao colo de um passageiro com mais de doze anos de idade.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:48 CD ? Mesa, pronta para Pauta no plenário.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 15:48 DIVERGENTE O PL estabelece restrição ao princípio da liberdade tarifária assegurado às empresas transportadoras no art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, interferindo na livre formação de preços no mercado, responsável pelo êxito do modelo tarifário atualmente em vigor, que resultou em forte redução no preço médio das passagens aéreas.

### PL 670/2015

**Autor:** Deputado William Woo (PV/SP)

**Relator:** Dep. Clarissa Garotinho (PP/RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:03  Assegurar que pranchas de surf não sejam classificadas como bagagem especial, para efeito de transporte dentro do limite de peso da franquia de bagagem. Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:03 Altera a Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para enquadrar a prancha de surf entre os itens da franquia de bagagem.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:03 CD - CVT - Aguardando Parecer do Relator Dep. Clarissa Garotinho (PP-RJ) 13/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Designado Relator, Dep. Rodrigo Maia (DEM-RJ).
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:03 DIVERGENTE

## AREA RESTRITA

O PL estabelece restrição ao princípio da liberdade tarifária assegurado no art. 49 da Lei nº 11.182, de 2005, contrariando inclusive as práticas internacionais que recomendam que qualquer objeto de uso pessoal do passageiro, inclusive material esportivo que não se enquadre dentro das especificações de tamanho estabelecidas pela International Air Transport Association ? IATA, deve ser considerado ?bagagem especial? e, portanto, excluído do regime da franquia de bagagem, que pressupõe uma relação entre peso e volume do objeto a ser transportado.

## AREA RESTRITA

### PL 1235/2015

**Autor:** Deputado Deley (PTB/RJ)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:06
	Passe livre para pessoas portadoras de deficiência que sejam carentes Árvore de apensados e outros documentos da matéria. Apensado ao PL 1967/1999
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:06 Altera a Lei nº 8.899, de 29 de junho de 1994, que concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo interestadual, para conceder passe livre e assento às pessoas portadoras de deficiência, comprovadamente carentes, no sistema de transporte coletivo interestadual e nas companhias aéreas.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:06 CD ? Mesa. Apensado
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:06 DIVERGENTE O projeto tem por finalidade instituir política social assistencialista, obrigando as empresas a financiarem com recursos próprios os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tais custos serão suportados exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade. Como justificativa, sustenta que a adoção da medida é compatível com a nova Constituição, que reconhecendo a penosa situação em que se encontram os deficientes físicos, estabeleceu no art. 227, § 1º, inciso II, a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de todas as formas de discriminação?. Esqueceu-se, todavia, o nobre parlamentar, de esclarecer na justificativa do PL que a providência requerida no inciso II do § 1º do art. 227 da CF, por ele transcrito, cabe ao Estado, nos termos estabelecidos no § 1º do mesmo artigo, verbis: ?§ 1º O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não-governamentais, mediante políticas específicas e obedecendo aos seguintes preceitos:?. Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a CF determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou

## AREA RESTRITA

estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º).

Todavia a mesma Constituição autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), ressalvando, neste caso, que devem ser observadas as disposições do seu art. 154, I, que autoriza a União a criar, mediante lei complementar, impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não atende os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, caso convertida em lei, implicará em aumento nos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os demais consumidores.

### PLP 20/2003

**Autor:** Deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB/PR)

**Relator:** Deputado Osmar Serraglio (PMDB/PR)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Tributação

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:10 ICMS sobre querosene de aviação Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:10 Altera dispositivos da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, que dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências.?
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:10 CD ? 06/02/2015 ?Desarquivado. Pronta para Pauta no PLENÁRIO (PLEN); Pronta para Pauta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:10 CONVERGENTE O PLP 20/03 altera dispositivos da Lei Complementar nº 87/96, para permitir que o ICMS possa ser cobrado mediante incidência monofásica, mesmo ocorrendo operação interestadual. Ao PLP 20/03 foi apensado o PLP 25/03, com idêntica finalidade. Tanto o projeto principal, como o apensado, cumpre com perfeição a norma de definição dos combustíveis e lubrificantes sujeitos à cobrança unifásica, nos termos exigidos pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001, que alterou as normas do ICMS para permitir a referida incidência monofásica. Ambos os PLPs incluem o querosene de aviação na extensa lista dos combustíveis sujeitos à incidência monofásica, o que poderá permitir redução nos preços dos tributos incidentes.

## AREA RESTRITA

### PL 3046/2011

**Autor:** Deputado Aguinaldo Ribeiro (PP/PB)

**Relator:** Deputado Raul Lima (PP/RR)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Tributação

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:12 desoneração tributária Árvore de apensados e outros documentos da matéria (ver site CD)
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:12 Altera a Lei nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, para dispor sobre isenção do pagamento da tarifa aeroportuária.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:12 CD ? Mercosul Aguardando Parecer do Relator Dep. Arthur Oliveira Maia (SD-BA) na Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul. (MERCOSUL)
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:12 CONVERGENTE O PL acrescenta ao art. 1º da Lei nº 7.920/89, novo § 2º, para isentar do pagamento do ATAERO incidente sobre a tarifa de embarque internacional, o passageiro de voo destinado a países do Mercosul.  Trata-se de medida oportuna que trará benefício econômico aos passageiros que embarcam no Brasil com destino países do MERCUSUL ou a países a ele associados, incrementando o fluxo de passageiros e, por conseguinte, contribuindo para o processo de integração regional.

### PL 5569/2013

**Autor:** Deputado Alexandre Leite (DEM/SP)

**Relator:** Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Tributação

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:14 desoneração tributária Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:14 Altera a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, retirando a incidência da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível - Cide sobre a importação e comercialização no mercado interno de gasolina e querosene de aviação.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:14 CD - CVT: em 15/04/2015 a Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição nos termos do Art. 41, VI do RICD 29/04/2015, já tendo o PL parecer favorável do Dep.



## AREA RESTRITA

Alexandre Toledo. Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Viação e Transportes (CVT)

modificado em 28/09/2015 às 16:14

### Nossa Posição

CONVERGENTE

O PL propõe a desoneração dos combustíveis de aviação, para assegurar às empresas brasileiras melhores condições de competição com suas congêneres estrangeiras, tornando definitiva a não-incidência da Cide sobre os combustíveis em tela.

Trata-se de medida oportuna que trará benefícios aos consumidores em razão da provável redução dos preços das passagens aéreas decorrente da desoneração fiscal proposta

## AREA RESTRITA

### PEC 140/2012

**Autor:** Deputado Assis Carvalho (PT/PI)

**Relator:** Deputado Ricardo Berzoini (PT-SP)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Tributação

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:17  Incidência de IPVA sobre aeronaves Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:17 Altera o inciso III do art. 155 da Constituição Federal para determinar que seja o imposto incidente sobre veículos automotores terrestres, aéreos e aquáticos.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:17 CD - Mesa Aguardando constituição de Comissão Temporária
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:17 DIVERGENTE  Projeto apensado à PEC 283/2013, com parecer do Relator, Deputado Ricardo Berzoini, pela admissibilidade. A PEC 283/2013 prevê a incidência do IPVA sobre veículos automotores terrestres, aéreos e aquáticos, porém exclui da tributação os veículos aquáticos e aéreos de uso comercial, destinados à pesca e ao transporte de passageiros e de cargas. Neste caso, a justificativa para exclusão de aeronaves comerciais é que as mesmas se destinam a uso coletivo, enquanto as demais a uso privado.  Trata-se de mais uma iniciativa irracional de aumento de tributos, porquanto as embarcações e aeronaves já são sujeitas ao pagamento de substanciais contribuições, taxas e tarifas pelo uso dos meios aquaviários e do espaço aéreo.

### PL 2131/1989

**Autor:** Deputado Francisco Amaral (PMDB/SP)

**Relator:** Deputado Paulo Paim (PT/SP)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:19  Repouso do aeronauta Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:19 Estabelece critérios para determinação dos intervalos de repouso correspondente ao trabalho noturno dos tripulantes de aeronaves.

## AREA RESTRITA

### Situação

modificado em 28/09/2015 às 16:19

CD - Mesa Diretora, em 06/09/2001. Apensado a este, o PL 5.280, de 2001

SEM NOTA TÉCNICA

### Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 16:19

DIVERGENTE

A regra atual (art. 36 da Lei nº 7.183/84) estabelece que ?ocorrendo o regresso de viagem de uma tripulação simples entre 23:00 (vinte e três) e 06:00 (seis) horas, tendo havido pelo menos 3 (três) horas de jornada, o tripulante não poderá ser escalado para trabalho dentro desse espaço de tempo no período noturno subsequente?.

O projeto de lei objetiva alterar o atual critério de determinação dos intervalos de repouso dos aeronautas, abrangendo qualquer tipo de tripulação ou serviço, para estabelecer que ?tendo transcorrido pelo menos 3 (três) horas de jornada que incluam tempo de voo e/ou de serviço de reserva, de trânsito (permanência no solo entre etapas) ou tempo de instrução dentro do período de 23h às 6h, serão observados os seguintes critérios: a) o intervalo mínimo de repouso entre jornada de até 12 (doze) horas será acrescido de 3 (três) horas; b) na base domiciliar. o aeronauta não poderá ser escalado para nova jornada que inclua trabalho ou instrução no período subsequente entre 23h e 6h.?

Inobstante ser relevante a preocupação do legislador em assegurar repouso adequado ao aeronauta, a intervenção estatal na relação entre capital e trabalho não é desejável, sobretudo diante de situações como as do presente caso, que podem e devem ser equacionadas mediante normas coletivas livremente estabelecidas entre as partes, que melhor se adequariam à realidade produtiva e às necessidades do mercado de trabalho, não desestimulando restringindo ou limitando o estabelecimento de acordos ou convenções coletivas que reflitam, efetivamente, a necessidade e o interesse das partes.

## AREA RESTRITA

### PL 3298/1989

**Autor:** Deputado Floriceno Paixão (PDT/RJ)

**Relator:** Deputado Mendes Ribeiro (PMDB/RS)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:21 dispensa do serviço para aeronauta
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:21 Introduz dispositivos na Lei nº 7.183, de 5 de abril de 1984, que regula o exercício da profissão de aeronauta.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:21 CD - Pronta para Pauta no PLENÁRIO desde 11/04/1994. SEM NOTA TECNICA
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:21 DIVERGENTE O PL propõe nova redação ao art. 19 da Lei nº 7.183/84, interferindo na relação entre empresas aéreas e aeronautas, para estabelecer critérios quanto às inspeções periódicas de saúde e ampliar direitos e trabalhistas no que se refere à demissão e ao controle de moléstias adquiridas durante a permanência fora da base domiciliar.  A proposta de intervenção estatal na relação entre as empresas aéreas e aeronautas não é desejável, sobretudo diante de situações como as do presente caso, que podem e devem ser equacionadas mediante normas coletivas livremente estabelecidas entre as partes, que melhor se adequariam à realidade produtiva e às necessidades do mercado de trabalho, não desestimulando restringindo ou limitando o estabelecimento de acordos ou convenções coletivas que reflitam, efetivamente, a necessidade e o interesse das partes.

### PL 4477/1989

**Autor:** Deputado Jose Maria Eymael (PDC/SP)

**Relator:** Deputado Vilmar Rocha (PFL/GO)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:23  Instalação de poltrona e beliche para descanso de tripulantes Árvore de pensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:23 Modifica a Lei nº 7.183/84, para determinar a instalação de poltrona e beliche para descanso de tripulantes a bordo de aeronaves.

## AREA RESTRITA

---

### Situação

modificado em 28/09/2015 às 16:23  
CD - Pronta para Ordem do Dia, em 20/02/1994.  
SEM NOTA TECNICA

---

### Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 16:23  
DIVERGENTE

O PL propõe nova redação ao art. 12 da Lei nº 7.183/84, para assegurar às tripulações compostas a utilização, em turnos de rodízio, quantidade de poltronas reclináveis igual à metade do número de comissários e quantidade de beliches igual à metade do número dos demais tripulantes em vôos internacionais, e de poltronas reclináveis, nos vôos domésticos. Em ambos os casos quando o número de tripulantes for ímpar, a quantidade de poltronas e/ou de beliches será igual à metade do seu número, com aproximação para o inteiro superior. O autor justificatifica à iniciativa alegando que a finalidade da mesma é estabelecer condições mínimas que tornem possível o sistema de turnos de rodízio a bordo.

As condições de trabalho dos aeronautas já atendem as recomendações previstas em atos e acordos internacionais de que participa o Brasil, assim como as aeronaves já são construídas e configuradas para atender tais peculiaridades. A alteração das regras, com a criação de situação única e singular aplicável somente no Brasil, implica em trazer insegurança jurídica às empresas aéreas e perda de competitividade perante suas congêneres estrangeiras, além do que implicará em reconfiguração de toda a frota aérea nacional engajada no transporte internacional, cujas aeronaves são fabricadas e homologadas no exterior e no Brasil, implicando em milhões de dólares de investimentos e no brutal aumento dos custos das passagens aéreas, podendo inviabilizar suas atividades.

## AREA RESTRITA

### PL 4999/1990

**Autor:** Senador Roberto Saturnino (PDT-RJ)

**Relator:** Deputado Nilson Gibson (PMN/PE)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:25</p> <p>Adicional de periculosidade para os aeroviários Obs.: origem no Senado Federal (PLS 320/85) Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:25</p> <p>Dispõe sobre concessão do adicional de insalubridade aos trabalhadores da categoria dos aeroviários, nas funções que especifica.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:25</p> <p>CD - Mesa Diretora, em 09/05/1996: aguarda deliberação de recurso que solicita apreciação pelo Plenário. Está na relação de PLs que o Plenário pode apreciar para exame do recurso.</p> <p>23/06/2015 - Aprovado o Recurso n. 70/1996. A matéria virá à pauta do Plenário oportunamente.</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:25</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL tem por finalidade assegurar a percepção do adicional de insalubridade, em valor correspondente ao grau médio, os trabalhadores da categoria dos aeroviários que exercem as seguintes funções: a) recepcionistas; b) despachantes operacionais de vôo; c) despachantes (técnico de tráfego e de carga); d) conferentes (de carga, de tráfego e de comissaria); e) motoristas; f) tarifeiros; g) escaladores de tripulantes; h) faxineiros de avião, fixos na rampa; i) ajudantes de linha, fixos na rampa; j) chefes de equipe, fixos na rampa; l) motoristas, fixos na rampa; m) auxiliares de supervisor, fixos na rampa; n) supervisores, fixos na rampa; o) apontadores de pista, fixos na rampa; p) coordenadores de manutenção, fixos na rampa; q) mecânicos de manutenção, fixos na rampa; r) funcionários dos hangares de manutenção; e s) funcionários dos hangares de carga.</p> <p>Trata-se de projeto rigorosamente desnecessário, uma vez que a prestação de serviços em ambientes insalubres devidamente caracterizados de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes já assegura aos trabalhadores o respectivo adicional.</p>

### PL 5865/1990

**Autor:** Deputado Celio de Castro (PSB/MG)

**Relator:** Deputado Andre Benassi (PSDB/SP)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:27</p> <p>Organização dos quadros de carreira dos aeroviários</p>
-------------	---

## AREA RESTRITA

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

### O que é

modificado em 28/09/2015 às 16:27

Acrescenta dispositivos ao Decreto nº 1.232, de 22 de junho de 1962 (Regulamenta a profissão de Aeroviário).

### Situação

modificado em 28/09/2015 às 16:27

CD - Plenário, em 25/04/2000: pronto para a Ordem do Dia.

### Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 16:27

DIVERGENTE

O PL tem por finalidade ampliar a regulação do exercício da profissão de aeroviário (trabalhador que, não sendo aeronauta, exerce função remunerada nos serviços terrestres de empresas de transportes aéreos, aeroclubes, escolas de aviação civil, bem como o titular ou não, de licença e certificado, que preste serviço de natureza permanente na conservação, manutenção e despacho de aeronaves.), para impor às empresas que exploram serviços aéreos de qualquer natureza, bem como aos demais empregadores não aeroviários cujos grupos de funcionários do setor de transporte aéreo sejam constituídos de mais de 10 (dez) empregados, a criação de quadros de aeroviários organizados em carreira, a serem devidamente homologados pelo Ministério do Trabalho. Além disto, o projeto fixa regras para a ascensão funcional dos trabalhadores aeroviários e determina a criação de uma comissão paritária, formada por representantes das categorias econômica e profissional indicados por suas entidades sindicais de nível nacional, que terá por atribuição fixar os critérios e os requisitos para a implantação dos quadros de carreira em cada empresa.

A proposta de intervenção estatal na relação entre as empresas aéreas e os aeroviários não é desejável, sobretudo diante de situações como as do presente caso, que podem e devem ser equacionadas mediante normas coletivas livremente estabelecidas entre as partes, que melhor se adequariam à realidade produtiva e às necessidades do mercado de trabalho, não desestimulando restringindo ou limitando o estabelecimento de acordos ou convenções coletivas que reflitam, efetivamente, a necessidade e o interesse das partes.

## AREA RESTRITA

### PL 7944/2010

**Autor:** Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)

**Relator:** Deputado Benjamin Maranhão (SD-PB)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:29  Cria entidade para a gestão dos negócios e trabalho dos aeronautas Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:29 Cria o ?Conselho Especial para Gestão dos Negócios e Trabalho de Aeronautas?, pessoa jurídica de direito privado, entidade não integrante da Administração Pública, a quem competirá a gestão de negócios referentes aos direitos, deveres, recrutamento e aperfeiçoamento de pessoal destinado ao exercício da profissão de aeronauta.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:29 CD - CTASP, Aguardando parecer do relator, Dep. Benjamin Maranhão (SD-PB)
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:29 DIVERGENTE O PL cria, equivocadamente, uma entidade com personalidade jurídica de direito privado. O equívoco está em que uma entidade privada não vinculada à Administração Pública não deve ser criada por lei, mas sim de mediante registro junto aos cartórios e órgãos competentes por parte dos interessados na sua instituição. Além disto, o PL, ao fixar atribuição para a Agência Nacional de Aviação Civil -ANAC, invade matéria cuja iniciativa é reservada, com exclusividade, ao Presidente da República.

### PL 4824/2012

**Autor:** Deputado Jerônimo Goergen (PP-RS)

**Relator:** Deputado Luiz Fernando Faria (PP-MG)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:32 Estabelecer novas regras trabalhistas para o exercício da profissão de aeronauta Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:32 Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, estabelece regras para o exercício da profissão e revoga a Lei nº 7.183/84 (Estatuto do Aeronauta).
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:32 CD ? CTASP Aguardando Parecer do Relator Dep. Luiz Fernando Faria (PP-MG).
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:32 DIVERGENTE O Substitutivo aprovado na CVT, na forma do parecer do Deputado José Stédile (PSB-RS), altera as



## AREA RESTRITA

regras atuais que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta, em sincronia com proposição idêntica já aprovada no Senado Federal (PLS 434/2011).

Vide observações, na página 15. ao PL 8.255/14 (origem PLS 434/2011)

## AREA RESTRITA

### PL 7564/2014

**Autor:** Deputado Carlos Bezerra ( PMDB -MT)

**Relator:** Deputado JosÃ© StÃ©dile (PSB-RS)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:35 Aeronautas: adicional de periculosidade Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria apensado ao PL 4.824/2012
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:35 Concessão de adicional de periculosidade para os tripulantes quando permanecerem dentro da aeronave durante o seu abastecimento.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:35 CD ? Apensado ao PL 4.824/2012
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:35 DIVERGENTE O adicional de periculosidade só é devido quando há o contato do empregado com o agente inflamável em situação de risco acentuado. Esse requisito não se verifica na hipótese do aeronauta que permanece a bordo da aeronave durante seu abastecimento, como reiteradamente vem sendo reconhecido pelo Tribunal Superior do Trabalho.

### PL 7812/2014

**Autor:** Deputado Rodrigo Maia (DEM/RJ)

**Relator:** Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:38 Criar mais uma profissão nos setores de aviação civil e de infraestrutura aeroportuária Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:38 Dispõe sobre a profissão de ?Agente de Proteção da Aviação Civil ? APAC?, e dá outras providências.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:38 CD ? CVT, Aguardando parecer da relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:38 DIVERGENTE A proposição prevê a criação e a regulamentação uma nova carreira, denominada de ?Agente de Proteção da Aviação Civil ? APAC?, reservando aos respectivos agentes as seguintes atribuições: I - atuação na inspeção e segurança aeroportuária em conformidade com a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; II - inspeção de segurança a bordo de aeronaves civis, porte e transporte de cargas perigosas, armamento, explosivos, material bélico ou de quaisquer outros produtos,

## AREA RESTRITA

substâncias ou objetos que possam por em risco os tripulantes, passageiros ou a própria aeronave, bem como aqueles que sejam nocivos à saúde; III - atuação nos embarques nacionais, internacionais, terminais de carga e pátios das aeronaves; IV - operação de aparelhos de raios-X; V - inspeção de bagagens; VI - controle no fluxo de passageiros às áreas de embarque; e VII - controle de funcionários através de credenciais por meio eletrônico.

Propõe, também, o autor do PL, que a carga horária de trabalho de um APAC, seja fixada em seis horas, fixa piso salarial e determina que o exercício da profissão de APAC deva se submeter a prévio registro na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.

As atribuições da carreira que se pretende criar invadem esfera de competência do Estado, a quem cabe exercer, com exclusividade, o poder de polícia e a fiscalização das atividades de aviação civil e de infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, razão pela qual há vício de iniciativa, uma vez que, ao dispor sobre matéria de competência de órgãos e agências federais, invade esfera de iniciativa reservada ao Presidente da República.

No mérito, o PL é rigorosamente desnecessário, uma vez que as atribuições da carreira proposta já são exercidas por servidores públicos federais e por aeroviários devidamente autorizados (trabalhador que, não sendo aeronauta, exerce função remunerada nos serviços terrestres de empresas de transportes aéreos e de infraestrutura aeroportuária, cuja profissão é regulada pelo Decreto nº 1.232, de 22 de junho de 1962).

## AREA RESTRITA

### PL 8255/2014

**Autor:** Senador Blairo Maggi (PR-MT)

**Relator:** Dep. Clarissa Garotinho (PR/RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p> <p>Estabelecer novas regras trabalhistas para o exercício da profissão de aeronauta</p> <p>Árvore de pensados e outros documentos da matéria</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p> <p>Dispõe sobre o exercício da profissão de tripulante de aeronave, estabelece novas regras para o exercício da profissão e revoga a Lei nº 7.183/84.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p> <p>CD ? CVT Aprovado em 08.07.15. o substitutivo da relatora, Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ), com voto em separado do Deputado Nelson Markezelli (PTB/SP). Neste mesmo dia, encaminhado para a CCP (Coordenação de Comissões Permanentes). Encaminhado a CETASP e em 14.07.15, o Presidente Benjamim Maranhão (SD/PB) avocou a relatoria do PL. Em 15.07.15. foi aberto o prazo para emendas ao projeto (05 sessões a partir de 16.07.15.</p> <p>11/08/2015 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:40</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O Substitutivo ao PLS 434/2011, aprovado na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal (Relator Senador Paulo Paim ? PT/RS), em deliberação terminativa colhida em dois turnos de votação, alterou a proposição inicial, de autoria do Senador Blairo Maggi (PR/MT), para criar uma nova profissão (tripulante de aeronave) e, por meio deste artifício, estabelecer profunda alteração nas regras que disciplinam o exercício da profissão de aeronauta, com o objetivo de ampliar a intervenção nas relações entre capital e trabalho, em sentido oposto à necessária priorização da negociação voluntária e descentralizada, que permite um permanente e rápido ajuste às mudanças socioeconômicas em curso.</p> <p>A proposição altera, significativamente, a regulação atual sobre a composição da tripulação, o regime de trabalho (abrangendo escala de serviços, jornadas de trabalho, sobreavisos e reservas, viagens, limites de voo e de pouso, períodos de repouso, folgas periódicas), a remuneração e concessão de benefícios (alimentação, assistência, uniformes e férias), as transferências de residência e a implantação, gerenciamento e fiscalização de programas de controle de risco da fadiga humana, com o indistigável propósito de aumentar a remuneração dos aeronautas.</p> <p>Tais assuntos podem e devem ser resolvidos mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, como autorizado na Constituição Federal. A solução pela via legislativa impede e desestimula a negociação coletiva, que é o melhor caminho para preservar necessidades dos trabalhadores e das empresas</p>

## AREA RESTRITA

O impacto do projeto é especialmente relevante para as empresas brasileiras de transporte aéreo regular que terão dificuldades para absorver ou repassar a elevação dos custos trabalhistas para as passagens aéreas e competir em igualdade de condições com suas congêneres estrangeiras no transporte aéreo internacional. O projeto, portanto, pode comprometer o crescimento do mercado de transporte aéreo e a sobrevivência das empresas e dos empregos que geram.

### PL 1025/2015

**Autor:** Deputado Bruno Covas (PSDB/SP)

**Relator:** Dep. Clarissa Garotinho (PP/RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:42 Tratamento psicológico gratuito aos aeronautas Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:42 Dispõe sobre a obrigatoriedade da companhia aérea oferecer gratuitamente serviço de acompanhamento psicológico aos pilotos, copilotos e demais empregados.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:42 CD - CVT Aguardando Parecer do Relatora Dep. Clarissa Garotinho (PP/RJ)
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 16:42 DIVERGENTE O PL tem por finalidade obrigar as companhias aéreas a oferecer atendimento psicológico gratuito e periódico aos pilotos, copilotos e demais empregados que trabalham como tripulantes nos voos que operam no país. Estabelece também que em caso de inaptidão do funcionário para participação de voos, o profissional de saúde deverá notificar diretamente à companhia aérea empregadora, resguardados os motivos sob sigilo profissional e fixa multa no valor de R\$ 100,00 (cem reais) por dia/funcionário nos casos de descumprimento.

As empresas aéreas já cumprem rigoroso e amplo programa de acompanhamento da saúde de seus funcionários, implementado de acordos com normas e recomendações previstas em tratados e acordos internacionais e na legislação aeronáutica brasileira, sendo o PL desnecessário para a aplicação da medida prevista.

## AREA RESTRITA

### PL 6716/2009

**Autor:** Senador Paulo Otávio (PFL-DF)

**Relator:** Deputado Rodrigo Rocha Loures (PMDB/PR) - CESP

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Capital Estrangeiro

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:57</p> <p>Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo</p> <p>Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria apensados 60 outros projetos de lei</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:57</p> <p>Altera a Lei nº 7.565/86 (CBA), para ampliar a possibilidade de participação de pessoas estrangeiras, naturais ou jurídicas, no capital das empresas brasileiras de transporte aéreo público regular, no limite de até 49% do capital com direito a voto.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:57</p> <p>CD ? Plenário em 20/03/2013 (matéria não apreciada por acordo dos Srs. Líderes, com Substitutivo do Relator). No dia 10.03.15 houve a apresentação do Requerimento nº887/1, do Dep. Carlos Eduardo Cadoca(PCdoB/PE) que ?Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL6.716/2009, que amplia a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreoEste projeto tem uma árvore de 60 projetos apensados.</p> <p>28/08/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2857/2015, pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL 6716/2009 e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo"</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:57</p> <p>CONVERGENTE</p> <p>O PL flexibiliza a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiras de transporte aéreo público regular, estabelecendo limite de participação que não prejudica o controle nacional, que se justifica em razão do caráter estratégico do setor.</p>

### PLS 399/2014

**Autor:** Comissão de Serviços de Infraestrutura do SF

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Capital Estrangeiro

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:59</p> <p>aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 16:59</p> <p>Altera o art. 181 da Lei nº 7.565/86, para expandir até o limite de 49% do capital votante a possibilidade de participação de capital estrangeiro nas empresas brasileiras concessionárias de serviço de transporte aéreo público de passageiros.</p>

## AREA RESTRITA

---

**Situação**

modificado em 28/09/2015 às 16:59  
CCJ ? Aguardando designação do relator

---

**Nossa Posição**

modificado em 28/09/2015 às 16:59  
CONVERGENTE

O PL flexibiliza a participação do capital estrangeiro nas empresas brasileiros de transporte aéreo público regular, estabelecendo limite de participação que não prejudica o controle nacional, que se justifica em razão do caráter estratégico do setor.

## AREA RESTRITA

### PLS 02/2015

**Autor:** Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

**Relator:** Senador Ricardo FerraÃ§o (PMDB/ES) ?

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Capital Estrangeiro

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:02 Aumentar a participação de capital externo nas empresas brasileiras de transporte aéreo
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:02 Revoga o inciso II e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 181 da Lei nº 7.565/86 (CBA) para revogar a restrição de participação do capital estrangeiro nas empresas concessionárias de serviço de transporte aéreo.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:02 SF ? CCJ em decisão terminativa. Designado relator o Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES). 26/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Adiado. 18/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Recebido, às 11h, relatório reformulado pelo Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES), com voto pela aprovação do Projeto 24/09/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:02 DIVERGENTE No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e segurança nacionais, o que desaconselha a aprovação do PLS.

### PLS 330/2015

**Autor:** Senador Raimundo Lira (PMDB-PB)

**Relator:** Senador Jader Barbalho (PMDB-PA)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Capital Estrangeiro

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:05 Eliminar a restrição quanto à participação de capital estrangeiro em empresas brasileiras de transporte aéreo
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:05 Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para permitir o investimento estrangeiro na aviação civil.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:05 SF/ CCJ. Em 17/06/2015 foi designado relator o Senador Jader Barbalho
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:05 DIVERGENTE  O PLS dá nova redação ao III do art. 181 da Lei nº 7.565/86, para permitir a participação de



## AREA RESTRITA

estrangeiros em metade dos cargos da diretoria executiva de empresas brasileiras de transporte aéreo, ao mesmo tempo em que propõe a revogação do inciso II e dos §§ 1º, 2º, 3º e 4º do mesmo artigo, ou seja, revoga a exigência de que pelo menos 4/5 do capital com direito a voto pertença a brasileiros e liberaliza a emissão das respectivas ações.

No entendimento das empresas concessionárias dos serviços de transporte aéreo público regular a proposta de revogação da restrição de participação do capital estrangeiro em empresas aéreas brasileiras, não leva em consideração o caráter estratégico do setor para a economia e a segurança nacionais, o que desaconselha à aprovação do PLS.

## AREA RESTRITA

### PL 156/2007

**Autor:** Deputado SÃ©rgio Barradas Carneiro (PT/BA)

**Relator:** Deputado Ademir Camilo (PROS-MG)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:18  Programa de milhagem Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:18 Dispõe sobre a utilização dos prêmios em milhagens aéreas de agentes ou servidores públicos e dá outras providências.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:20 02/09/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA ) Arquivado nos termos do artigo 133 do RICD (rejeição na Comissão de mérito).
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:18 DIVERGENTE  O PL propõe que na aquisição de passagens aéreas por órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta, da União, Estados, DF e Municípios, poderá ser estabelecida margem de preferência em favor das empresas de transporte aéreo de passageiros que mantenham programas de fidelidade e que assegurem vantagens ao órgão ou entidade que custear o deslocamento de seus agentes. A margem de preferência não poderá exceder ao montante, incidente sobre o preço das passagens fornecidas pelas demais empresas, correspondente à estimativa mínima de benefício.  O entendimento das empresas aéreas, até o momento, tem sido contrário à possibilidade prevista no PL, inclusive no que se refere às aquisições de bilhetes por pessoas jurídicas privadas. O argumento é que tal possibilidade tem efeito negativo sobre as receitas de vendas de passagens

### PL 730/2007

**Autor:** Deputado Carlos Eduardo Cadoca (PMDB-PE)

**Relator:** Deputado MaÃ§al Filho (PMDB-MS)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:23 Requisitos para divulgação de assentos com tarifas promocionais Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:23  Acrescenta artigo à Lei nº 7.565/86 (CBA), para obrigar as empresas aéreas a divulgarem, na sua

## AREA RESTRITA

publicidade, a quantidade de assentos oferecidos com tarifas promocionais em cada voo (tarifas praticadas com preço reduzido, de caráter temporário, com período definido de início e de término de venda e de utilização, válidas em voos pré- selecionados) e a informarem, previamente, ao Departamento de Aviação Civil, para cada promoção, o período de vendas, a quantidade de assentos disponibilizados em cada voo, o preço da tarifa, o período de validade da promoção e demais regras tarifárias.

### Situação

modificado em 28/09/2015 às 17:23

CD ? 05/03/2015 ? Desarquivado. Aguardando Designação de Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ? CCJC

### Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 17:23

DIVERGENTE

As exigências previstas na proposição legislativa consubstanciam indevida interferência no setor privado e contém potencial efetivo para distorcer os mecanismos de mercado, com prejuízo para a livre concorrência e a competitividade das empresas aéreas brasileiras perante suas congêneres estrangeiras.

Além disto, tais exigências são insuscetíveis de serem cumpridas, uma vez que as promoções tarifárias refletem, a cada momento, o resultado entre a oferta e a demanda por assentos, o que pode ocorrer até minutos antes do horário estabelecido para o voo.

A interferência, portanto, nos mecanismos de mercado (lei da oferta e da procura) é desastrosa, impedindo que a interação entre as empresas e os passageiros seja eficiente, tendo como resultado níveis adequados de quantidade e preços.

VER PLS 3568/2008

## AREA RESTRITA

### PLS 537/2009

**Autor:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB/MG)

**Relator:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Administração Aeroportuária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:25 assistência ao passageiro portador de necessidade especial.
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:25 Altera a Lei nº 7.565/86, para dispor sobre o embarque e o desembarque de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:25 SF - CCJ, em 11/03/2015, relatório do Senador Eduardo Amorim, pela aprovação do Projeto com a Emenda nº 01-CI.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:25 DIVERGENTE, COM RESSALVA O PL repete exigência prevista na legislação que regulamenta os direitos e interesses das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, sendo enfático quanto à obrigatoriedade do fornecimento de equipamentos de elevação nos embarques ou desembarques de passageiros realizados diretamente no pátio ou em posições remotas. Todavia não prevê a quem caberá a responsabilidade pela aquisição, manutenção e disponibilização de tais equipamentos nos aeroportos, apenas delegando a matéria para disciplina em regulamentação específica, nos termos do parecer aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura. A proposta submete a responsabilidade da implantação do sistema à discricionariedade dos gestores públicos. Melhor seria atribuí-la às administrações aeroportuárias, a quem cabe a responsabilidade do embarque e desembarque de passageiros.

### PL 7982/2010

**Autor:** Deputado Bonifácio de Andrada (PSDB/MG)

**Relator:** Deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:27  Oferta de alternativas quando do impedimento do oferecimento do serviço Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:27 Determina que as empresas de transporte ofereçam alternativas aos usuários quando do impedimento do oferecimento do serviço.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:29 11/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )

---

### Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 17:27

#### DIVERGENTE

A proposição prevê que quando o passageiro ficar impedido de se deslocar para o destino que deseja, por deficiência do transporte que contratou, seja aéreo, terrestre ou marítimo, terá perante a empresa que lhe vendeu a passagem o direito de requerer outro meio de transporte para chegar ao local pretendido, o que será providenciado por aquela que assumirá a responsabilidade pelas consequências do não cumprimento dessas medidas.

Em que pese à boa intenção do autor do projeto, a proposição é desnecessária, uma vez que a situação que se pretende regular já estar contemplada no art. 741 do Código Civil, verbis: ?Art. 741. Interrompendo-se a viagem por qualquer motivo alheio à vontade do transportador, ainda que em consequência de evento imprevisível, fica ele obrigado a concluir o transporte contratado em outro veículo da mesma categoria, ou, com a anuência do passageiro, por modalidade diferente, à sua custa, correndo também por sua conta as despesas de estada e alimentação do usuário, durante a espera de novo transporte.? Além disto, em quase todas as normas legais e regulamentares aplicáveis aos diferentes tipos de transporte existe a previsão de o transportador contratual responsabilizar-se, direta ou indiretamente, pela conclusão da viagem, sempre às suas expensas, tal como ocorre no modal aéreo (arts. 229 e segs. do CBA).

## AREA RESTRITA

### PLS 278/2011

**Autor:** Senadora Ângela Portela (PT/RR)

**Relator:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:30  Proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo. Obs.: tramita em conjunto o PLS 609/11
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:30 Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, e dá outras providências, para proteger direitos dos usuários de serviços de transporte aéreo.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:31 17/09/2015 - Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - relatoria Sen. Jorge Viana (PT-AC)
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:30 DIVERGENTE A matéria objeto da proposição legislativa já foi disciplinada pelas Resoluções nºs 138, 140 e 141, todas de 2010, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC, que dispõem sobre as condições gerais de transporte e comercialização de bilhetes e dão outras providências. O PLS, portanto é desnecessário, devendo prevalecer o parecer do Senador Eduardo Amorim, que opina pela rejeição do PLS, pelas razões ali constantes.

### PLS 466/2011

**Autor:** Senador Humberto Costa (PT/PE)

**Relator:** Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Administração Aeroportuária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:33  Prioridade de atendimento às pessoas com deficiência Obs.: Tramita em conjunto PLS 259/2012
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:33 Altera a Lei nº 10.048/00, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos, aéreo, terrestre e aquaviário.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:33 SF - SSCLSF, em 05/05/2015: aguarda inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 433, do Senador Eduardo Amorim

### Nossa Posição

modificado em 28/09/2015 às 17:33

#### DIVERGENTE

A matéria objeto da proposição legislativa já foi amplamente disciplinada pela Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC, que dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências. O descumprimento dessas normas sujeita as empresas a sanções impostas pela Agência, a quem cabe reprimir infrações à legislação, inclusive quanto aos direitos dos usuários, bem como aplicar as sanções cabíveis (Lei nº 11.182, de 2005, art. 8º, inciso XXXV).

A Resolução da ANAC assegura a todos os passageiros com necessidade de atendimento (pessoa com deficiência, pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, gestante, lactante, pessoa acompanhada por criança de colo, pessoa com mobilidade reduzida ou qualquer pessoa que por alguma condição específica tenha limitação na sua autonomia como passageiro) os mesmos serviços que são prestados aos usuários em geral, porém em condições de atendimento prioritário em todas as fases da viagem.

Trata-se, portanto, de projeto desnecessário, uma vez que a matéria nele prevista já foi objeto de regulamento de execução baixado pela ANAC.

## AREA RESTRITA

### PLS 281/2012

**Autor:** Senador JosÃ© Sarney (PMDB-AP)

**Relator:** Senador Ricardo FerraÃ§o (PMDB-ES)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:39</p> <p>Moderniza o Código de Defesa do Consumidor.</p> <p>Obs. Tramita em conjunto com PLS 283/2012</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:39</p> <p>PLS 281/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico;</p> <p>PLS 283/2012, do Senador José Sarney: altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar a disciplina do crédito ao consumidor e dispor sobre a prevenção do superendividamento.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:39</p> <p>SF/ CCJ, matéria com o Relator, Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)</p> <p>26/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Adiado.</p> <p>21/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Adiado.</p> <p>19/08/2015 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Na 21ª Reunião Ordinária, realizada nesta data, o relator, Senador Ricardo Ferraço, durante a discussão, apresenta Relatório reformulado, com voto favorável ao PLS 281/2012, nos termos do Substitutivo que apresenta, e ao PLS 283/2012, nos termos do Substitutivo que apresenta.</p> <p>15/09/2015 - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:39</p> <p>CONVERGENTE</p> <p>No que se refere especificamente ao transporte aéreo regular, o Substitutivo, apresentado pelo Senador Ricardo Ferraço no âmbito da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, é adequado ao setor, porque preserva a competência da ANAC para regulamentar a matéria, nos seguintes termos:</p> <p>?Art. 49-A. Sem prejuízo do direito de rescisão do contrato de transporte aéreo antes de iniciada a viagem (art. 740, § 3º, do Código Civil), o exercício do direito de arrependimento do consumidor de passagens aéreas poderá ter seu prazo diferenciado em virtude das peculiaridades do contrato, por norma fundamentada das agências reguladoras.</p> <p>Parágrafo único. A regulamentação prevista no caput deverá ser realizada no prazo máximo de cento e oitenta dias após a entrada em vigor.?</p> <p>Não mérito, portanto, não restrição quanto à aprovação do projeto.</p>



## AREA RESTRITA

### PL 3249/2012

**Autor:** Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:42 atendimento prioritário
<b>O que é</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:42 Altera a Lei nº 10.048, de 2000, que 'dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências', para determinar atendimento prioritário e reserva de assentos especiais nos sistemas de transporte para as pessoas com obesidade mórbida?.
<b>Situação</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:42 CD ? pronto para apreciação pelo Plenário. Em 30.03.15 foi apresentado o Requerimento do Deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB) que ?Solicita inclusão na Ordem do Dia do PLS3.249/12?. 01/04/2015 - Pronto para apreciação pelo Plenário, com prioridade.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 28/09/2015 às 17:42 CONVERGENTE O PL prevê atendimento prioritário às pessoas com deficiência ou obesidade mórbida, aos idosos com idade superior a 60 anos e às gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas por crianças de colo. Determina, também, a reserva de assentos especiais para as mesmas pessoas, devidamente identificados, assim como a reserva de 2 (dois) assentos contíguos destinados a pessoas com obesidade mórbida.  A iniciativa determina providências já adotadas pelas empresas de transporte aéreo.

## AREA RESTRITA

### PL 4015/2012

**Autor:** Deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT)

**Relator:** Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p> <p>Regular programas de milhagens</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p> <p>Proíbe a prescrição do direito do participante de programas de milhagem aos pontos acumulados junto a qualquer empresa, bem como a fixação, pelo fornecedor, de prazos de validade ou expiração, facultando esta quando os pontos não forem utilizados, nos casos de encerramento da conta pelo consumidor e com anuência expressa do mesmo para esse fim, determinando a aplicação de sanções administrativas e penais aos infratores, além de estabelecer que os pontos devem reverter à conta do consumidor e creditar o dobro dos pontos prescritos ou expirados.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p> <p>CD ? CCJC , aguardando parecer do relator, Dep. Efraim Filho (DEM-PB)</p> <p>26/08/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Designado Relator da Redação Final, Dep. Efraim Filho (DEM-PB). Apresentação da Redação Final n. 1 CCJC, pelo Deputado Efraim Filho (DEM-PB). Inteiro teor</p> <p>19/08/2015 - Encerramento automático do Prazo de Recurso. Não foram apresentados recursos.</p> <p>07/08/2015 - Prazo para apresentação de recurso (5 sessões a partir de 10/08/2015).</p> <p>05/08/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - Aprovado o Parecer</p> <p>08/09/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 28/09/2015 às 17:46</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL interfere, indevidamente, na relação contratual estabelecida entre a empresa transportadora e os seus passageiros, uma vez que os programas de fidelidade são oferecidos como forma de premiar ou bonificar os usuários pela compra de produtos ou serviços, cabendo a eles, voluntariamente, aderir ou não ao programa.</p> <p>A intervenção do Estado a pretexto de proteger interesses dos usuários, na forma e nas condições propostas, afetará o equilíbrio econômico-financeiro dos programas de fidelidade, desestimulando as empresas de investir no lançamento de novos programas, podendo implicar na redução e extinção de benefícios atualmente assegurados, em detrimento dos próprios consumidores.</p>

### PL 4785/2012

**Autor:** Senadora Ana Amália (PP/RS)

**Relator:** aguarda designação

## AREA RESTRITA

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:49</p> <p>Restituição do valor do bilhete em caso de cancelamento ou remarcação</p> <p>Obs.: com origem no PLS 24/12. Árvore de apensados e outros documentos da matéria. Apensado ao PL 6716/2009</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:49</p> <p>Altera o art. 228 da Lei n. 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para inserir a hipótese de restituição de quantia paga de bilhete aéreo em caso de cancelamento ou remarcação da data da viagem pelo passageiro.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:49</p> <p>CD ? Apensado a este PLS4.785/12 o PL1.424/15</p> <p>19/05/2015 - Mesa diretora da Câmara - Apense-se a este(a) o(a) PL-1424/2015</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:49</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>A proposição objetiva assegurar ao passageiro que, por qualquer motivo, não utilizar o bilhete de passagem e independentemente do tipo de tarifa escolhida, o direito à restituição da quantia efetivamente paga, descontada uma taxa de serviço correspondente a, no máximo, 10% (dez por cento) desse valor, aplicandodo-se a mesma taxa no caso de remarcação de voo.</p> <p>A proposta interfere na liberdade assegurada às empresas de fixarem as regras de suas tarifas (Lei nº 11.182, de 2005, art. 49), o que implicará na elevação dos custos de suas transações no mercado, com efeitos danosos sobre os preços das suas passagens aéreas.</p>

## AREA RESTRITA

PLS 22/2013

**Autor:** Senadora Ângela Portela (PT-RR)

**Relator:** Senador Jorge Viana (PT-AC)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:53</p> <p>Reembolso de passagem aérea e parâmetros para evitar manipulação de tarifas</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:53</p> <p>Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), e a Lei nº 12.529, 30 de novembro de 2011 (Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica), para proteger direitos dos usuários do transporte aéreo e dispor sobre infrações econômicas na exploração de linhas aéreas.</p> <p>A iniciativa propõe o acréscimo de artigo ao Código do Consumidor, para assegurar ao passageiro de transporte aéreo o reembolso do valor pago, acrescido de multa equivalente ao valor da tarifa cheia, em caso de cancelamento de viagem pela empresa aérea; - a atribuição de competência para a Secretaria de Acompanhamento Econômico para ?propor a revisão da autorização para exploração de linha aérea em caso de manipulação de tarifas ou de parâmetros operacionais do serviço com vistas à dominação dos mercados ou à eliminação da concorrência; - a equiparação da ?desistência ou a suspensão, ainda que parcial, da exploração de linha aérea autorizada sem prévia comunicação à autoridade aeronáutica? à infração da ordem econômica caracterizada pela cessação parcial ou total das atividades de empresa sem justa causa comprovada; e a proibição de que empresa que desista de linha aérea possa voltar a explorá-la em prazo inferior a dois anos.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:53</p> <p>SF ? CMA, aguardando parecer do Senador Jorge Viana (PT/AC)</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 09:53</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>A proposição contém regras extravagantes às normas gerais das leis que pretende alterar. As normas do CDC, por serem de aplicação geral, não individualizam setor da economia. Além disto, dispõe sobre assunto já regulado no CBA e na Lei Geral de Concessões, contrariando a vedação contida no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95/98 (dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o art. 59 da Constituição Federal), que proíbe que o mesmo assunto seja disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.</p> <p>Além disso, o projeto não prevê a exclusão da responsabilidade administrativa ou civil da empresa transportadora na hipótese do cancelamento de voo resultar de caso fortuito, força-maior, fato da Administração ou qualquer outra circunstância imprevista ou imprevisível, implicando em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas.</p>

## AREA RESTRITA

### PLS 313/2013

**Autor:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

**Relator:** Senador Valdir Raupp (PMDB-RR)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:55 Estabelecer direitos básicos para o usuário de transporte aéreo (consumidor)
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:55 Altera o art. 6º da Lei nº 8.078/90, para estabelecer que são direitos básicos do consumidor de serviço de transporte aéreo de passageiros: (1) na oferta de venda de passagem aérea, ser informado acerca do número de assentos da aeronave por categoria tarifária; (2) ter informação clara e precisa sobre o preço total do bilhete inclusive as tarifas aeroportuárias, e sobre todas as restrições impostas ao bilhete ofertado; (3) pagar multas em razão de cancelamento ou remarcação de bilhete em valores não abusivos; (4) justa e ampla indenização por danos morais e materiais em razão de cancelamento de voo pela empresa aérea; (5) justa e ampla indenização por danos morais e materiais em razão de extravio de bagagem na viagem; (6) ser reembolsado dos valores pagos por bilhete de passagem não utilizado, em no máximo trinta dias após a data do voo, sob pena de multa de cem por cento sobre o valor devido; e (7) exigir que as demais empresas aéreas que operem o mesmo trecho aéreo assumam a prestação dos serviços de transporte de passageiros em caso de súbita paralisação de atividades pela empresa aérea contratada.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:55 SF ? CMA matéria devolvida ao relator, Senador Valdir Raupp (PMDB-RR), com relatório pela aprovação do projeto, na forma do substitutivo aprovado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:55 DIVERGENTE O assunto já está regulamentado nos arts. 222 a 234 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica) e em resoluções expedidas pela Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC, razão pela qual a inclusão do mesmo na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) contraria o disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95/98, uma vez que o mesmo assunto não pode ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa. Além disto, a alteração proposta é dirigida exclusivamente ao setor de aviação civil, em contrariedade ao caráter geral das normas do CDC, que se aplicam a todos os setores da economia, sem distinção. Ademais, a proposição é desnecessária, uma vez que a Resolução nº 141, de 2010, da ANAC, tem logrado êxito em proteger os passageiros nas situações abarcadas pelo PLS.

## AREA RESTRITA

### PLS 381/2013

**Autor:** Senador Humberto Costa (PT/PE)

**Relator:** Senador Donizeti Nogueira (PT/TO)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Administração Aeroportuária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:57
	Atendimento do passageiro com necessidade de assistência especial
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:57
	Altera a Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre o atendimento do passageiro com necessidade de assistência especial.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:57 SF - CDH, em 09/03/2015, designado Relator, Senador Donizeti Nogueira
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:57 DIVERGENTE A matéria objeto da proposição legislativa já foi amplamente disciplinada pela Resolução nº 280, de 11 de julho de 2013, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC, que dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências. O descumprimento dessas normas sujeita as empresas a sanções impostas pela Agência, a quem cabe reprimir infrações à legislação, inclusive quanto aos direitos dos usuários, bem como aplicar as sanções cabíveis (Lei nº 11.182, de 2005, art. 8º, inciso XXXV). A Resolução da ANAC assegura a todos os passageiros com necessidade de atendimento (pessoa com deficiência, pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos, gestante, lactante, pessoa acompanhada por criança de colo, pessoa com mobilidade reduzida ou qualquer pessoa que por alguma condição específica tenha limitação na sua autonomia como passageiro) os mesmos serviços que são prestados aos usuários em geral, porém em condições de atendimento prioritário, em todas as fases de sua viagem, durante a vigência do contrato de transporte aéreo, observadas as suas necessidades especiais de atendimento, incluindo o acesso às informações e às instruções, às instalações aeroportuárias, às aeronaves e aos veículos à disposição dos demais passageiros do transporte aéreo

### PL 6484/2013

**Autor:** Deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA)

**Relator:** Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 09:59 Regular programa de milhagem
-------------	---

## AREA RESTRITA

Árvore de apensados e outros documentos da matéria

### O que é

modificado em 29/09/2015 às 09:59

Regulamenta os programas de milhagem das companhias aéreas.

### Situação

modificado em 29/09/2015 às 09:59

CD ? CVT, aguardando parecer da relatora, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ)

### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 09:59

DIVERGENTE

O PL promove indevida intervenção, restringindo a livre organização e gestão [pelas empresas aéreas] de programas de bonificações e prêmios aos seus consumidores, que, certamente, implicará no desestímulo a investimentos em novos programas e até mesmo na manutenção dos atuais, podendo vir a prejudicar os próprios consumidores.

## AREA RESTRITA

### PLS 394/2014

**Autor:** Senador Ricardo FerraÃ§o (PMDB/ES)

**Relator:** aguarda designar

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:01 Permitir a transferência de passagem aérea de uma pessoa para outra
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:01 Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro da Aeronáutica), para possibilitar a transferência de bilhete aéreo entre passageiros.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:01 SF- CCJ, em 15/03/2015, aguardando designação de relator
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:02</p> <p>CONVERGENTE</p> <p>O PLS propõe a inclusão de mais um artigo no CBA (art. 228-A) para estabelecer que "o bilhete é pessoal e poderá ser transferido, de uma pessoa a outra, sujeitando-se, exclusivamente, às regras e restrições que o transportador lhe impuser, bem como às exigências estipuladas pela autoridade aeronáutica com relação à identificação de passageiro." O objetivo é a criação de mais um instrumento de competição e diferenciação de produtos entre as empresas aéreas, injetando maior concorrência entre as mesmas.</p> <p>Na atualidade, a transferência é vedada pelo art. 11 da Resolução nº 138, de 09 de março de 2010, da Agência Nacional de Aviação Civil ? ANAC (dispõe sobre as condições gerais de transporte atinentes à comercialização e à características do bilhete de passagem e dá outras providencias).</p> <p>Argumenta o autor da proposição que a discussão sobre a vedação se cinge, basicamente, a dois aspectos: segurança pública e mercado secundário.</p> <p>Esclarece que o primeiro aspecto consiste na necessidade do estrito controle sobre a identificação dos passageiros, de modo a garantir a segurança dos passageiros e demais pessoas em trânsito no aeroporto, bem como evitar fraudes ideológicas, daí porque o PLS delega para a autoridade aeronáutica expedir regulação sobre os mecanismos de controle da identidade do passageiro.</p> <p>Quanto ao segundo aspecto, observa que o mesmo se refere à possibilidade de surgimento de um mercado paralelo ou secundário de vendas de bilhetes aéreos, argumentando que a liberalização da transferência poderia implicar em estímulo para a compra antecipada de passagens aéreas promocionais e venda posterior venda a um preço majorado, com obtenção de lucro em face do mercado primário operado pelas companhias aéreas. Para evitar práticas indesejáveis, propõe que seja assegurada às empresas transportadoras a faculdade de definir regras e estabelecer restrições que impeçam ou desestimulem um possível mercado secundário.</p>



## AREA RESTRITA

### PLS 395/2014

**Autor:** Senador Wilder Moraes (DEM/GO)

**Relator:** Senador Benedito de Lira (PP/PI)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Administração Aeroportuária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:05 Acessibilidade às aeronaves das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:05 Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências, para obrigar as empresas aeroviárias a possuir rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxílio no embarque e desembarque de deficientes físicos.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:05 SF ? CCJ, aguardando parecer do relator, Senador Benedito de Lira.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:05 CONVERGENTE, COM RESSALVA A promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida no transporte aéreo foi regulamentada pela ANAC, por meio da Resolução 280/2013, que dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências? No regulamento foi atribuída ao operador aeroportuário a responsabilidade de prover o aeroporto, até dezembro de 2015, com os equipamentos necessários ao embarque e desembarque das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Em vista disso, e considerando que a agência reguladora já adotou a regulação objeto da proposição legislativa, torna-se desnecessário a conversão do projeto em lei.

## AREA RESTRITA

### PDC 49/2015

**Autor:** Deputado Celso Russomano (PRB/SP)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:08 Reembolso de tarifas promocionais nos casos de desistência da viagem ou não comparecimento ao embarque
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:08 Susta o § 2º do art. 7, da Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, que regulamenta o reembolso de bilhete aéreo adquirido mediante tarifa promocional.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:08 CD ? CREDN Pronta para Pauta na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN)
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:08 DIVERGENTE O § 2º do art. 7º da Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, do Comandante da Aeronáutica, estabelece que ?o reembolso de bilhete adquirido mediante tarifa poromocional obedecerá às eventuais restrições constantes das condições de sua aplicação?.  A norma regulamentar é compatível com o princípio da liberdade tarifária estabelecido no art. 49 da Lei nº 11.182/85, que assegura às empresas estabelecer livremente os valores das suas tarifas e as regras de reembolso, previamente informadas e aceitas pelos passageiros quando da aquisição das suas passagens.  A sustação da norma regulamentar em vigor implicará em desestímulo às empresas quanto à oferta de tarifas promocionais, com prejuízo para os próprios consumidores, além de implicar em prejuízo para a segurança jurídica.

### PLS 101/2015

**Autor:** Senador Reguffe (PDT/DF)

**Relator:** Senador Aluysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:10 Fixa sanção para os casos de cancelamento, interrupção ou atraso de voo
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:10 Altera a Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre obrigações das empresas aéreas em indenizar os valores pagos aos passageiros/consumidores, nos casos de atraso e cancelamento de voo, sem o prejuízo das demais disposições legais acerca dos danos morais e

## AREA RESTRITA

materiais sofridos.

### Situação

modificado em 29/09/2015 às 10:10

#### DIVERGENTE

O PLS prevê que em caso de atraso da partida por mais de 4 (quatro) horas, o transportador providenciará o embarque do passageiro, em voo que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino, se houver, ou restituirá, de imediato, o valor do bilhete de passagem, se o passageiro assim o preferir. Determina, também, o pagamento de indenização ao passageiro, a título de compensação, sem prejuízo dos danos morais e materiais sofridos, nos seguintes percentuais e desde que o atraso ou interrupção não decorra de más condições meteorológicas: 10% se o atraso for superior a duas horas; 20% se superior a quatro horas; 50% se superior a oito horas e 100% se superior a doze horas.

Estabelece, ainda, que quando o transporte sofrer interrupção ou atraso em aeroporto de escala por período superior a 04 (quatro) horas, qualquer que seja o motivo, o passageiro poderá optar pelo endosso do bilhete de passagem ou pela imediata devolução do preço e que todas as despesas decorrentes da interrupção ou atraso da viagem, inclusive transporte de qualquer espécie, alimentação e hospedagem, correrão por conta do transportador contratual, sem prejuízo da responsabilidade civil. Propõe, também, que o transportador deverá indenizar os passageiros em 100% (cem por cento) do valor pago pela passagem adquirida nos casos de interrupção ou atraso por mais de quatro horas, desde que o cancelamento, interrupção ou atraso não ocorra devido às más condições meteorológicas devidamente comprovadas pelos órgãos competentes.

Todavia, é omissa quanto à exclusão da responsabilidade administrativa ou civil da empresa transportadora nas hipóteses em que o cancelamento, a interrupção ou o atraso de voo decorrer de qualquer outra circunstância que não proveniente de más condições meteorológicas, tais como saturação de terminal de embarque e desembarque de passageiros; saturação de pátios de estacionamento ou pistas de aterrisagem/decolagem; sequenciamento de pousos/decolagens; tempo de voo dilatado por órbita; quebra de ponte de embarque; falta de ônibus para o embarque/desembarque de passageiros; pane no equipamento de raio-x; esteiras inoperantes; tráfego aéreo congestionado; radares inoperantes ou outras circunstâncias imprevistas ou imprevisíveis que excluem a responsabilidade do operador aéreo por atrasos, cancelamentos ou interrupções de voos, nos termos estabelecidos na alínea ?n? do inciso III do art. 302 da Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica) e no item 6.4 do Capítulo 6 da IAC 1504.

A proposição, portanto, implica em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial.

modificado em 29/09/2015 às 10:10

### Nossa Posição

## AREA RESTRITA

### PLS 219/2015

**Autor:** Senador Romario (PSB-RJ)

**Relator:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Administração Aeroportuária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:14 Acessibilidade ao PNAE
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:14 Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para obrigar as empresas aéreas a possuírem rampas de acesso ou mecanismos acessórios para auxiliar no embarque e desembarque de pessoas com deficiência.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:14 SF - CDH Relatora retirou para reexame da matéria. 26/08/2015 - CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - o Presidente da CDH, Senador Paulo Paim PT/RS, designa o Senador Donizeti Nogueira PT/TO relator "ad hoc". A matéria é retirada de pauta, a pedido da Relatoria "ad hoc", para análise.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:14 A promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida no transporte aéreo foi regulamentada pela ANAC, por meio da Resolução 280/2013 (Dispõe sobre os procedimentos relativos à acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial ao transporte aéreo e dá outras providências), cujo art. 20 estabelece:  ?Art. 20. O embarque e o desembarque do PNAE que dependa de assistência do tipo STCR, WCHS ou WCHC devem ser realizados preferencialmente por pontes de embarque, podendo também ser realizados por equipamento de ascenso e descenso ou rampa.  § 1º O equipamento de ascenso e descenso ou rampa previstos no caput devem ser disponibilizados e operados pelo operador aeroportuário, podendo ser cobrado preço específico dos operadores aéreos.  Em vista disso e considerando que a ANAC já adotou a regulação objeto da proposição legislativa, torna-se desnecessário a conversão do projeto em lei.

### PL 534/2015

**Autor:** Deputado Carlos Gomes (PRB/RS)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Não

**Foco** modificado em 29/09/2015 às 10:16

## AREA RESTRITA

Transporte de animais domésticos

Obs.: Apensado ao PL 274/2015 Árvore de apensados e outros documentos da matéria

### O que é

modificado em 29/09/2015 às 10:16

Dispõe sobre o transporte de animais domésticos e de cães-guia em veículos de transporte terrestre, aéreo e aquaviário.

### Situação

modificado em 29/09/2015 às 10:16

CD ? Apensado

### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 10:16

#### DIVERGENTE

Assegura aos proprietários de animais domésticos o direito de transporte de cães e gatos nas linhas regulares nacionais, interestaduais e intermunicipais de transporte terrestre, aéreo e aquaviário, não podendo os mesmos sejam incluídos na franquia da bagagem, permitindo que o animal doméstico de até 8 (oito) quilogramas possa ser transportado na cabine de passageiros, a critério da empresa de transporte, devendo ficar em compartimento apropriado, e sem causar desconforto aos demais passageiros. Limita o transporte na cabine de passageiros a 2 (dois) animais por veículo por viagem, assegurando ao deficiente visual o direito de ingressar e permanecer acompanhado de cão-guia, independente do peso do animal e do pagamento de tarifa.

Por fim, estabelece que suas regras se apliquem a todas as modalidades de transporte, intermunicipal, interestadual e internacional com origem no território brasileiro, independente de peso e de cobrança de tarifa, limitado a um animal por passageiro.

Trata-se de matéria cuja regulação já foi atribuída à ANAC, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005

## AREA RESTRITA

### PL 535/2015

**Autor:** Deputado Carlos Gomes Â€ (PRB/RS)

**Relator:** Deputada Geovania de SÃ (PSDB-SC)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Administração Aeroportuária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:19  Direito do consumidor PNAE Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:19 Assegura às pessoas com deficiência auditiva o direito a atendimento por tradutor ou interprete de LIBRAS nos órgãos e entidades da administração pública, direta e indireta, fundacional e nas empresas concessionárias de serviços públicos.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:19 CD - CTASP. Em 29.06.15 foi apresentado pela relatora parecer pela aprovação da matéria. Em 15.07.15 foi devolvido a relatora para opinar sobre o apensamento do PL 2.230/15
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:19 DIVERGENTE Trata-se de matéria já amplamente disciplinada em normas legais e em regulamentos de execução, que protegem os direitos e interesses das pessoas portadoras de necessidades especiais.

### PL 1424/2015

**Autor:** Senador Pedro Taques (PDT/MT)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:21  Restituição do valor do bilhete em caso de cancelamento ou remarcação Obs.: Origem: PLS 757/2011. Apensado ao PL 4.785/2012.
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:21 Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para regular a restituição de quantia paga por bilhete aéreo nos casos de cancelamento da viagem por iniciativa do passageiro e a cobrança de taxa em caso de alteração do voo.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:21 CD - Apensado ao PL 4.785/12 28/08/2015 - Apresentação do Requerimento n. 2857/2015, pelo Deputado Alan Rick (PRB-AC), que: "Requer inclusão na Ordem do Dia do Plenário do PL 6716/2009 e seus apensos, que "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para ampliar a possibilidade de participação do capital externo nas empresas de transporte aéreo".

## AREA RESTRITA

---

### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 10:21

#### DIVERGENTE

A proposição objetiva assegurar ao passageiro que, por qualquer motivo, não utilizar o bilhete de passagem e independentemente do tipo de tarifa escolhida, o direito à restituição da quantia efetivamente paga, descontada uma taxa de serviço correspondente a, no máximo 5% do valor pago para os pedidos formulados com antecedência de pelo menos 5 (cinco) dias da data prevista para a viagem e 10% (do valor pago nos demais casos, podendo tais taxas serem aplicadas pelo transportador quando o passageiro requerer a alteração do voo.

A proposta interfere na liberdade assegurada às empresas de fixarem as regras de suas tarifas (Lei nº 11.182, de 2005, art. 49), o que implicará na elevação dos custos de suas transações no mercado, com efeitos danosos sobre os preços das passagens aéreas, que resultará em prejuízo para os próprios consumidores.

## AREA RESTRITA

### PL 4050/2004

**Autor:** Senador Tião Viana (PT-AC)

**Relator:** Deputado Ronaldo Fonseca (PR-DF)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Configuração de Aeronaves

**Prioridade:** Não

#### Foco

modificado em 29/09/2015 às 10:24

Obriga as aeronaves a portarem aparelho desfibrilador

Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria

#### O que é

modificado em 29/09/2015 às 10:24

Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e veículos que especifica.

#### Situação

modificado em 29/09/2015 às 10:24

CD ? CCJ, aguardando votação do parecer favorável do Relator.

30/06/2015 - Defiro o Requerimento n. 2.211/2015, nos termos do art. 141 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Revejo o despacho inicial apostado ao Projeto de Lei n. 4.050/2004, para incluir a análise de mérito pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO DO PL N. 4.050/2004: À CSSF e à CCJC - Proposição sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões. Regime de tramitação: Prioridade.

15/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC )

Parecer do Relator, Dep. Ronaldo Fonseca (PROS-DF), pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação deste, da Emenda nº 1/2004 da Comissão de Seguridade Social e Família e do PL 4443/2004, apensado, com Substitutivo.

#### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 10:24

DIVERGENTE

Trata-se de proposição de ordem geral, que obriga diversos estabelecimentos (rodoviárias, ferroviárias, aeroportos, portos, centros comerciais, estádios, ginásios esportivos, hotéis, templos e outros locais com aglomerações ou circulação igual a superior a 2000 pessoas por dia) e veículos (trens, metros, aeronaves e embarcações com capacidade igual ou superior a cem passageiros, além de ambulâncias e viaturas de resgate, policiais ou bombeiros), a incluírem desfibriladores cardíacos entre seus equipamentos obrigatórios.

O PL foi aprovado pela CSSF, tendo sido rejeitada a EMC CSSF 1/2004 e o PL 4.443/2004, nos termos do voto do Relator, Dep. Walter Feldman (PSDB-SP).

A iniciativa, se convertida em lei, implicará em alteração na configuração das aeronaves, implicando em acréscimos de custos operacionais que serão repassados para os preços das passagens aéreas.

### PL 6454/2005



## AREA RESTRITA

**Autor:** Deputado Milton Monti (PR-SP)

**Relator:** Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Configuração de Aeronaves

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:27</p> <p>Obriga as aeronaves a portarem equipamentos de primeiros socorros</p> <p>Obs. Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:27</p> <p>Obriga as aeronaves a portarem equipamentos de primeiros socorros e dá outras providências</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:27</p> <p>CD ? CSSF. Em 09.06.15 parecer da relatora, Deputada Conceição Sampaio (PP/AM), pela aprovação deste PL 6454/2005 e pela rejeição do PL 2.529/07, apensado, e do Substitutivo da CDC. Em 24.06.15 o parecer foi aprovado por unanimidade. Em 21.07.15, recebimento pela CVT com o PL 2.529/07, apensado.</p> <p>26/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - Encerrado o prazo para emendas ao projeto. Não foram apresentadas emendas.</p> <p>13/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes (CVT) - A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição.</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 10:27</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL estabelece que as aeronaves nacionais e estrangeiras, em voos comerciais, com partida ou chegada em aeroportos nacionais, tenham a bordo os seguintes equipamentos de primeiros socorros: 1 - local adaptável para transformação em maca de acomodação de pessoas na posição horizontal; 2 - aparelho desfibrilador; 3 - balão de oxigênio; 4 - medicamentos anti-convulsivos para indicação cardíaca, e de uso geral em situação de emergência.</p> <p>O PL 2.529/2007, a ele apensado, torna obrigatória a presença de médico ou enfermeiro em todos os voos comerciais, domésticos e internacionais.</p> <p>Os PLs tratam de assuntos sujeitos à regulamentação da ANAC, a quem cabe expedir normas a serem cumpridas pelas prestadoras de serviços aéreos, inclusive quanto à formação e treinamento de pessoal especializado, habilitação de tripulantes, equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem (Lei nº 11.182/05, art. 8º).</p> <p>Além disso suas regras são insuscetíveis de serem aplicadas a aeronaves estrangeiras, cujas operações sujeitam-se a regras estabelecidas em acordos, tratados e convenções internacionais.</p>

## AREA RESTRITA

### PLC 132/2011

**Autor:** Deputado Manoel JÃºnior (PMDB-PB)

**Relator:** Senadora LÃ¢cia VÃ¢nia (PSB/GO)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** ConfiguraÃ§Ã£o de Aeronaves

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:32 Instalação de assentos especiais nas aeronaves
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:32 Dispõe sobre a instalação de assentos especiais para pessoas obesas
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:33
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:32 DIVERGENTE O PLC trata de assunto sujeito à regulamentação da ANAC, a quem cabe expedir normas a serem cumpridas pelas prestadoras de serviços aéreos, inclusive quanto a formação e treinamento de pessoal especializado, habilitação de tripulantes, equipamentos, materiais, produtos e processos que utilizarem e serviços que prestarem (Lei nº 11.182/05, art. 8º), além do que as aeronaves já dispõem de assentos rebatíveis que asseguram aos obesos acomodação adequada e o indispensável conforto nas suas viagens.

### PL 3419/2008

**Autor:** Senado Federal - CPI do ApagÃ£o AÃ©reo

**Relator:** Deputado Vicente Candido (PT-SP)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** AdministraÃ§Ã£o AeroportuÃ¡ria

**Prioridade:** NÃ£o

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:35  Venda de slots em aeroportos congestionados Obs.: origem no SF PLS 703/2007 Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:35 Altera a Lei nº 7.565/86 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para dispor sobre a distribuição de horários de pouso e decolagem (slots) em aeroportos congestionados.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:35 CD - CCJ, em 18/04/2012: pronto para pauta, com parecer do Relator pela injuridicidade
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:35 DIVERGENTE O PL propõe que o operador de aeroporto congestionado poderá, após autorização da autoridade de aviação civil, alienar, mediante leilão, direitos de pouso ou decolagem em datas e horários específicos (slots), que apresentem alta densidade de tráfego aéreo. Os slots integrarão o patrimônio de seus titulares e poderão ser livremente negociados em mercado secundário. O PL não assegura, em nenhum dos seus aspectos, o aumento da eficiência da aviação civil, porque

## AREA RESTRITA

não consegue satisfazer, simultaneamente, as três metas perseguidas pelas autoridades de aviação civil: 1 ? maximizar a eficiência da utilização de slots; 2 ? garantir a disponibilidade de rotas para destinos periféricos; 3 ? promover a competição entre as companhias aéreas, beneficiando os usuários.

A crítica a programas assemelhados é que tal pratica tende a aumentar a concentração de horários para apenas alguns exploradores, que se beneficiariam de suas economias de escala e de rede para adquirir slots, de modo a assegurar aumento de produtividade em termos de assentos/km produzidos, empregando, para tanto, aeronaves maiores e optando por voar para destinos nacionais ou internacionais, em detrimento de mercados regionais.

## AREA RESTRITA

### PL 2318/2011

**Autor:** Deputado Ratinho Junior (PSC/PR)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Administração Aeroportuária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:37  Instalação de finger ou elevador nos aeroportos para deficientes Obs.: Apensado ao PL 705/2007
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:37 Torna obrigatória a instalação de plataforma ou passarela de passageiros que ligam os portões de embarque em aeroportos às aeronaves, do tipo finger ou elevador portátil para deficientes
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:37 CD - Prejudicado. PL será retirado na próxima atualização.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:37 CONVERGENTE  O PL estabelece que os aeroportos ficam obrigados a instalar pelo menos uma passarela de passageiros que ligue os portões de embarque às aeronaves, do tipo finger, de modo a possibilitar o trânsito confortável da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.  A determinação para que as administrações aeroportuárias melhorem as condições de embarque e desembarque dos passageiros portadores de necessidades especiais às aeronaves é correta e compatível com os substanciais recursos arrecadados com a cobrança de tarifas aeroportuárias.

### PL 3691/2012

**Autor:** Deputado Leonardo Gadelha (PSC/PB)

**Relator:** Deputada Nilda Gondim (PMDB-PB)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Administração Aeroportuária

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:40 Instalação de finger nos aeroportos Obs. Arquivada
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:40 Obriga as administrações aeroportuárias a disponibilizar aos consumidores a instalação de "fingers" (pontes de comunicação entre o terminal e a aeronave) nos aeroportos onde opera aviação regular.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 10:40 CD - Mesa Diretora, em 31/01/2015: projeto arquivado. PL será retirado na próxima atualização. 08/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC ) Devolução à CCP

## AREA RESTRITA

---

### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 10:40

CONVERGENTE

O PL tem por finalidade obrigar as administrações aeroportuárias a disponibilizar aos consumidores, em aeroportos que operem transporte aéreo regular com fluxo de embarque e desembarque superior a 300 (trezentos) mil passageiros/ano, a implantação de "fingers" (pontes ou plataformas de comunicação entre o terminal e a aeronave), de modo a assegurar o aumento da eficiência das operações aeroportuárias e a qualidade dos serviços prestados aos passageiros, sobretudo garantir acesso adequado às aeronaves dos passageiros portadores de necessidades especiais.

## AREA RESTRITA

### PL 2417/1991

**Autor:** Deputado Jackson Pereira (PSDB/CE)

**Relator:** Deputado Nilson Gibson (PMN/PE)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

#### Foco

modificado em 29/09/2015 às 11:22

Fixa valor mínimo para comissionamento de agências de viagem  
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

#### O que é

modificado em 29/09/2015 às 11:22

Aumenta para 15% a comissão das agências viagem ou turismo referente a venda de passagens aéreas.

#### Situação

modificado em 29/09/2015 às 11:22

CD - Mesa Diretora, em 19/11/1997: aguarda deliberação de Recurso, que solicita apreciação pelo Plenário. Em 23.06.15 foi aprovado recurso nº205/1.997. A matéria virá a pauta do Plenário oportunamente.

O PL está relacionado entre os que aguardam deliberação para o Plenário por ordem do Presidente da Câmara.

#### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:22

DIVERGENTE

O PL dispõe sobre as atividades, o registro e o funcionamento das agências de viagens e turismo e dá outras providências.

No art. 19, o PL propõe que as Agências façam jus ao recebimento de comissão nos seguintes valores: mínimo de 15% sobre o valor de venda de passagens aéreas; mínimo de 10% sobre o valor da operação, quando se tratar de intermediação ou agenciamento de carga, excursão e outros serviços de viagens, turismo e locação.

Sobre a matéria e em data posterior a apresentação do PL foi editada a Portaria nº 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, do Comandante da Aeronáutica, estabelecendo que a comissão paga aos agentes de viagem e de carga, na venda de passagens e/ou fretes aéreos, são livremente negociadas entre as empresas aéreas e os agentes credenciados. De igual modo e com o mesmo efeito, foi editada a Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008), que também não interfere nas relações comerciais entre as empresas aéreas e o comissionamento de agentes de viagens.

A proposição, portanto, é incompatível a economia de mercado e com os princípios constitucionais que informam a ordem econômica, não havendo nenhuma justificativa para a pretendida intervenção estatal.

## AREA RESTRITA

### PL 3628/1997

**Autor:** Deputado Vic Pires Franco (PFL/PA)

**Relator:** Deputado DÃ©cio Lima (PT/SC)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:29</p> <p>Divulgação de nota após acidente aéreo com vítimas Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:29</p> <p>Altera a alínea "j" do inciso III do art. 302 da Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:29</p> <p>CD - CCJ, Pronta para Pauta com parecer favorável do Relator.</p> <p>24/04/2013 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ?CCJC - Parecer do Relator, Dep. Décio Lima (PT-SC), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, e da EMS 3628/1997, apensado, com emenda</p> <p>25/11/2014 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )</p> <p>Indeferido o Requerimento n. 10.742/2014, conforme despacho do seguinte teor: "Indefiro o pedido contido no Requerimento n. 10.742/2014, com fundamento no art. 163, I, e no art. 164, I e II, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Publique-se. Oficie-se".</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 11:29</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL estabelece a obrigatoriedade das concessionárias de serviço aéreo divulgarem nota oficial, em caso de acidente aéreo com vítimas, no prazo de 90 (noventa) dias após ocorrido o fato, sob pena de multa.</p> <p>A proposição contém vício de inconstitucionalidade, porque viola o inciso X do art. 5º da Constituição, que protege a intimidade, a honra e a imagem das vítimas, além de contrariar o Anexo 13 da Convenção de Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), promulgado pelo Decreto nº 21.713, de 1946. Além disso, é incompatível com as normas do CBA, que estabelecem regras específicas sobre o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), regulamentadas pelo Decreto nº 87.249, de 1982.</p>

## AREA RESTRITA

### PL 3772/1997

**Autor:** Deputado Adylson Motta (PPB/RS)

**Relator:** Deputado Ronaldo Perim (PMDB/MG)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:31  Proibição de transporte de arma e a condução de preso de alta periculosidade Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:31 Proíbe o porte de arma de fogo e a condução de preso com escolta armada em voo comercial regular.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:31 CD ? 03/02/1998 - Plenário Pronto para a pauta.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:31 CONVERGENTE  O PL, na redação do Substitutivo apresentado pelo Deputado Leur Lomanto, restringe o transporte na aviação regular ou em aeronave para transporte de turistas, salvo com autorização especial do órgão competente, o transporte de explosivos, munições, armas de fogo, material bélico, equipamentos destinados a levantamento aerofotogramétrico ou de prospecção, ou, ainda, de quaisquer outros objetos ou substâncias consideradas perigosas para a segurança pública, da própria aeronave ou dos passageiros. Proíbe, também, aos passageiros, o porte, durante o voo, de arma de fogo e, às autoridades policiais, a condução de presos de alta periculosidade, salvo prévio atestado judicial da inexistência de periculosidade.  O PL atende antiga reivindicação das empresas aéreas, devendo o setor encaminhar manifestação favorável à aprovação, se for o caso.

### PL 4847/2005

**Autor:** Dep. Paulo Magalhães (PFL/BA)

**Relator:** Dep. Fernando de Fabinho (DEM-BA)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:34 Arrendamento de aeronaves Obs.: Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:34 Altera a Lei nº 11.101/05, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresarial. Estabelece que em caso de recuperação judicial e falência das sociedades empresárias, em nenhuma hipótese ficará suspenso o exercício de direitos derivados



## AREA RESTRITA

de contratos de arrendamento mercantil de aeronaves ou de suas partes?.

---

### Situação

modificado em 29/09/2015 às 11:34

CD - 06/02/2015 ? Desarquivado Aguardando Constituição de Comissão Temporária pela Mesa 12/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA )

Devido a desarquivamento desta proposição em requerimento anterior, foi declarada prejudicada a solicitação de desarquivamento constante do REQ-438/2015.

---

### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:34

CONVERGENTE

A aprovação do art. do PL que trata do arrendamento de aeronaves reduzirá o risco dos arrendadores, podendo contribuir para a redução nos preços dos arrendamentos. Todavia, os pareceres já apresentados no âmbito das Comissões Técnicas (CTASP e CDEIC) são contrários.

## AREA RESTRITA

### PL 1257/2007

**Autor:** Dep. Ciro Pedrosa (PV/MG)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

#### Foco

modificado em 29/09/2015 às 11:35

Obriga as empresas a orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda  
Obs.: tramita em conjunto o PL 121/10

#### O que é

modificado em 29/09/2015 às 11:35

Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.257-D, de 2007, que dispõe sobre a obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda?

#### Situação

modificado em 29/09/2015 às 11:35

CD ? CCJC, aguardando designação de relator. O PL 1.257/2007 foi aprovado por unanimidade na CSSF no dia 02.06.2.015.

#### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:35

CONVERGENTE

O PL propõe que as empresas de transporte coletivo fiquem obrigadas a orientar aos passageiros sobre a prevenção da trombose venosa profunda, antes do início da viagem, de acordo com as normas internacionais e nacionais de prevenção da trombose venosa profunda, bem como delega ao Poder Executivo, a regulamentação sobre a forma e o conteúdo da orientação aos passageiros.

### PL 2822/2008

**Autor:** Deputada Manuela D'Ávila (PCdoB/RS)

**Relator:** Deputado Luiz Carlos (PSDB-AP)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

#### Foco

modificado em 29/09/2015 às 11:37

Dispor sobre publicidade da Apólice ou Certificado de Seguro.  
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

#### O que é

modificado em 29/09/2015 às 11:37

Altera os arts. 283 e 302 da Lei nº 7.565/86, para dispor sobre a publicidade da Apólice ou Certificado de Seguro.

#### Situação

modificado em 29/09/2015 às 11:37

CD - Mesa Diretora, em 31/01/2015: arquivado. PL será retirado na próxima atualização.  
02/09/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC )  
Devolução à CCP

## AREA RESTRITA

---

### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:37

#### DIVERGENTE

O PL propõe que a comprovação do seguro exigido pelo art. 281 do CBA (todo o operador é obrigado a contratar seguro para garantir eventual indenização de riscos futuros em relação aos danos previstos no CBA) deve ser pública, mediante a divulgação de cópia da Apólice ou Certificado de Seguro em sítio na rede mundial de computadores e em local visível no interior das aeronaves, estabelecendo multa pelo descumprimento.

O PL é rigorosamente irracional, não fosse só pelo tamanho das apólices a serem divulgadas, como também pelo fato de que as mesmas de regra são realizadas para toda a frota de aeronaves de cada uma das empresas, cobrindo também outras hipóteses de danos que não os exclusivamente previstos no CBA.

Além disto, a realização dos seguros é comprovada perante a autoridade de aviação civil (art. 283 do CBA) e abrange aspectos confidenciais que não podem ser divulgados, conforme a prática internacional.

## AREA RESTRITA

### PL 3422/2008

**Autor:** Senado Federal - CPI do Apagão Aéreo

**Relator:** Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:40  Divulgação da lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos. Obs.: origem PLS 702/07 Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:40 Altera a Lei nº 7.565/86, para obrigar as empresas aéreas a divulgarem a lista de passageiros nos casos de acidentes aéreos.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:40 CD ? 17/03/2011 - Encaminhado à publicação
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:40 DIVERGENTE O PL contém vício de inconstitucionalidade, uma vez que viola o inciso X do art. 5º da CF, que protege a intimidade, a honra e a imagem das vítimas, além de contrariar o Anexo 13 da Convenção de Aviação Civil Internacional (Convenção de Chicago), promulgado no Brasil pelo Decreto nº 21.713, de 1946. Além disto, é incompatível com as normas do CBA, que estabelecem regras específicas sobre o Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER), regulamentadas pelo Decreto nº 87.249, de 1982.

### PL 5762/2009

**Autor:** Deputada Gorete Pereira (PR/CE)

**Relator:** Deputado Mauro Lopes (PMDB-MG)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:42  Esclarecimentos aos passageiros sobre os dispositivos de segurança das aeronaves. Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:42 Obriga as empresas aéreas a prestarem esclarecimentos aos passageiros sobre os dispositivos de segurança das aeronaves.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:42 CD ? CCJC Aguardando Designação de Relator. 06/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA ) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no

## AREA RESTRITA

REQ-123/2015.

### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:42

#### DIVERGENTE

O PL propõe que as empresas de transportes de passageiros nas diversas modalidades de transporte fiquem obrigadas a prestarem, antes do início da viagem, esclarecimentos aos passageiros sobre os dispositivos de segurança disponíveis no veículo. O parecer aprovado pela CTASP opina pela aprovação, na forma de substitutivo, limitando o âmbito de sua incidência ao transporte coletivo aquaviário ou terrestre, ou seja, excluiu os demais modais, inclusive o aéreo. De sua vez, a Comissão de Viação e Transportes aprovou parecer pela rejeição do PL.

No que se refere ao modal aéreo a proposição é desnecessária, uma vez que os esclarecimentos devidos já são prestados aos passageiros.

## AREA RESTRITA

### PL 7036/2010

**Autor:** Deputado Fábio Faria (PMN/RN)

**Relator:** Deputada Marinha Raupp (PMDB-RO)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:44  Obrigatoriedade de exibição nas aeronaves de filmes que combatam a pedofilia Árvore de apensados e outros documentos da matéria
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:44 Determina a obrigatoriedade da veiculação, por parte das companhias aéreas nacionais e dos exibidores de cinema, de filmes ou vídeos que combatam a pedofilia.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:44 CD ? CVT Aguardando Parecer do Relator. 09/04/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA ) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-333/2015
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:44 DIVERGENTE  O PL propõe seja estabelecida a obrigatoriedade da veiculação, por parte das companhias aéreas nacionais e dos exibidores de cinema, de filmes ou vídeos que combatam a pedofilia, ficando as companhias aéreas nacionais obrigadas a exibir, durante os voos que excedam uma hora, filmes ou vídeos com duração mínima de trinta segundos, que veiculem campanha de combate à pedofilia, sob pena de multa, conforme for regulamentado pela Agência Nacional de Aviação Civil. Há parecer da CVT pela rejeição.  A maior parte das aeronaves em circulação não dispõem de sistemas de vídeo, sobretudo nas empresas regionais de aviação, o que significa dizer que o cumprimento da norma implicará em despesas iniciais de instalação desses equipamentos. Aos custos de implantação, sobrepor-se-ão os de manutenção, na forma de queda da receita auferida com a venda dos seus espaços midiáticos para terceiros interessados. Para compensar o resultado negativo dos custos, as empresas serão instadas a aumentar as tarifas, gerando prejuízos aos passageiros, o que por só recomenda a rejeição do PL.

### PL 880/2011

**Autor:** Deputado Paulo Magalhães (DEM/BA)

**Relator:** Deputado Marcus Pestana (PSDB-MG)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:46
-------------	-----------------------------------

## AREA RESTRITA

	Obriga a presença de médico em voos comerciais
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:46 Determina a obrigatoriedade da presença de médico em voos comerciais com mais de duas horas de duração.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:46 CD - CSSF, em 06/05/2015 foi devolvido ao relator, Dep. Marcus Pestana.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:46 DIVERGENTE A presença de um médico a bordo das aeronaves será ociosa e onerará o preço das passagens aéreas, além do que o treinamento de tripulantes já inclui a intervenção em situações de emergência, como exigido na na Portaria DAC Nº 1232/DGAC, de 28 de novembro de 2005, que ?aprova a quarta edição do Manual do Curso do Comissário de Vôo?.

## AREA RESTRITA

### PL 1033/2011

**Autor:** Deputado Dr. Ubiali (PSB/SP)

**Relator:** Deputado Jose Stá@ dile (PSB-RS)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

**Foco** modificado em 29/09/2015 às 11:47

Cria o Índice de Turbulência Aérea  
Árvore de apensados e outros documentos da matéria

**O que é** modificado em 29/09/2015 às 11:47

Cria o Índice de Turbulência Aérea ? InTA

**Situação** modificado em 29/09/2015 às 11:47  
CD - Mesa Diretora, em 31/01/2015: arquivado. PL será retirado na próxima atualização.  
20/08/2015 - Comissão de Viação e Transportes ( CVT ) - Devolução à CCP, por força do art. 105 do RICD.

**Nossa Posição** modificado em 29/09/2015 às 11:47  
DIVERGENTE  
O PL propõe a criação do Índice de Turbulência InTA, que consiste em um indicador de aferição capaz de informar aos usuários de transporte aéreo, qual a intensidade de turbulência prevista para um determinado voo, devendo tal índice constar do Sistema Informativo de Voo ? SIV, em números cardinais, de forma gradual e crescente, de 0 a 5, quando da confirmação do voo. Estabelece, também, que as companhias aéreas deverão informar aos seus passageiros qual o índice de turbulência previsto para cada voo, antes do embarque, desde a primeira chamada, ficando obrigadas a manter arquivadas, no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, as informações relativas aos índices de turbulência prevista de seus respectivos voos.

Os sistemas de radares meteorológicos utilizados na aviação são incapazes de aferir, em tempo real, o grau de turbulência nas rotas programadas pelas aeronaves.

### PL 4495/2012

**Autor:** Deputado Ademir Camilo @€" (PSD/MG)

**Relator:** aguarda designa@ç@o

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Não

**Foco** modificado em 29/09/2015 às 11:50

Dispõe sobre os poderes e deveres do comandante  
Árvore de apensados e outros documentos da matéria



## AREA RESTRITA

### O que é

modificado em 29/09/2015 às 11:50

Modifica o art. 165 da Lei nº 7.565, de 1986 - Código Brasileiro de Aeronáutica, que se refere ao Comandante de aeronave.

### Situação

modificado em 29/09/2015 às 11:50

CD - CCJC, aguardando designação de relator Em 20.05.15, na CVT, foi aprovado por unanimidade o relatório do Deputado José Stedille(PSB/RS). Em 22.05.15 a Presidência da CVT comunica ao Presidente da Câmara dos Deputados os pareceres divergentes da CVT e da CDC sobre o PL 4.495/2012.Em 08.06.15 o PL foi enviado a CCJC.

08/06/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania ( CCJC )

Recebimento pela CCJC.

### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 11:50

DIVERGENTE

O PL propõe seja acrescido mais dois parágrafos ao art. 165 do CBA, para determinar que, no transporte aéreo regular, o número de horas de voo em comando do Comandante seja divulgado aos passageiros antes de iniciada a partida da aeronave e que as informações profissionais havidas pela autoridade aeronáutica a respeito da habilitação, da certificação médica e das horas de voo de Comandante sejam de acesso público.

A proposição legislativa invade área de competência das autoridades de aviação civil e de aeronáutica, além de dispor sobre matéria já amplamente regulada.

## AREA RESTRITA

### PLS 52/2013

**Autor:** Senador Eunício Oliveira (PMDB/CE)

**Relator:** Senador Walter Pinheiro (PT/BA)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:53 Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle das Agências Reguladoras
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:53 Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:53 SF - CCJ, em 08/04/2015: com o Relator, Senador Walter Pinheiro 28/09/2015 - INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:53 CONVERGENTE O PLS é positivo para os setores regulados, uma vez que contribui para melhorar a eficiência e o controle da ação normativa das agências reguladoras.

### PLS 197/2015

**Autor:** Senador Cristóvam Buarque (PDT/DF)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:55 Dispõe sobre segurança de voo
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:55 Estabelece que na cabine de comando das aeronaves que disponham de porta separatória que possa ser trancada por dentro, e que sejam utilizadas para a realização de voos regulares, deverá haver, em todos os momentos do voo, a presença de ao menos dois tripulantes, na forma do regulamento.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:55 SF - CCJ, em 09/04/2015: aguarda apresentação de emendas
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:55 DIVERGENTE Trata-se de matéria já regulada pela ANAC, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, sendo, portanto, desnecessário o projeto.

## AREA RESTRITA

### PLS 289/2015

**Autor:** Senador Gladson Camelli

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:57 obrigação de um tripulante que fale português
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:57 Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (Código Brasileiro de Aeronáutica), para tornar obrigatório que empresas estrangeiras que operem transporte internacional de passageiros no País tenham, pelo menos, um comissário de bordo que fale a língua portuguesa, em cada aeronave.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:57 SF - CCJ, em 21/05/2015: prazo para apresentação de emendas. 08/07/2015 - CCJ - 08/07/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 11:57 PL Propõe seja acrescentado mais um parágrafo ao art. 203 do CBA, com a seguinte redação:  ?Art. 203.....  § 1º .....  § 2º As empresas estrangeiras de transporte aéreo internacional que embarquem ou desembarquem passageiros no País deverão ter na sua tripulação, no mínimo, um comissário que fale a língua portuguesa." (

As empresas estrangeiras são regidas pelas normas do país de suas respectivas bandeiras e pelos tratados, convenções e atos internacionais de que seus países sejam partes e, não, por normas internas brasileiras, que são insuscetíveis de serem-lhes aplicadas.

### PL 534/2015

**Autor:** Deputado Carlos Gomes (PRB/RS)

**Relator:** aguarda designação

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 12:00  Facilitar o transporte de animais domésticos Apensado ao PL 274/2015
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 12:00 Dispõe sobre o transporte de animais domésticos e de cães-guia em veículos de transporte terrestre,

## AREA RESTRITA

aéreo e aquaviário.

### Situação

modificado em 29/09/2015 às 12:00

CD ? Apensado. PL será retirado na próxima atualização

### Nossa Posição

modificado em 29/09/2015 às 12:00

DIVERGENTE

O PL tem por objetivo assegurar aos proprietários de animais domésticos transporte de cães e gatos nas linhas regulares nacionais, interestaduais e intermunicipais de transporte terrestre, aéreo e aquaviário, vedando a inclusão do peso dos mesmos na franquia da bagagem e facultando à empresa a cobrança de valor adicional pelo transporte, de acordo com critérios determinados pela agência reguladora competente de cada setor. Estabelece, também, que para efetuar o embarque, os animais deverão estar acondicionados em caixas de apropriadas ou similares e assim permanecerem durante toda a sua permanência a bordo, devendo ser transportados em local e na forma definida pela empresa de transporte, de modo que lhes ofereça condições de proteção e conforto. Estabelece também que o animal doméstico de até 8 (oito) quilogramas poderá ser transportado na cabine de passageiros, a critério da empresa de transporte, devendo ficar em compartimento apropriado, com segurança, e sem causar desconforto aos demais passageiros, limitando o transporte na cabine de passageiros a 2 (dois) animais por veículo, a cada viagem.

Além disto, o PL assegura ao deficiente visual o direito de ingressar e permanecer acompanhado de cão-guia nos transportes, independentemente do peso do animal e do pagamento de tarifa.

Trata-se de matéria cuja regulação já é atribuída à ANAC, nos termos do inciso X do art. 8º da Lei nº 11.182, de 2005, sendo, portanto, desnecessário o projeto.

## AREA RESTRITA

### PL 1500/2015

**Autor:** Deputado Rogerio Rosso (PSD/DF)

**Relator:** Deputada Clarissa Garotinho (PR/RJ)

**Status:** em acompanhamento

**Tema:** Outros Projetos

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 12:02</p> <p>Incluir no bilhete de passagem informações sobre riscos à saúde no transporte aéreo</p> <p>Árvore de apensados e outros documentos da matéria</p>
<b>O que é</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 12:02</p> <p>Altera as Leis nº 7.183, de 05 de abril de 1984, e nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para dispor sobre a obrigatoriedade da informação prévia aos passageiros sobre os serviços executados, os riscos à saúde e segurança, as medidas de prevenção, e a obrigatoriedade de atendimento médico de primeiros socorros durante voos em aeronaves comerciais, nacionais ou estrangeiras, que operem em território brasileiro.</p>
<b>Situação</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 12:02</p> <p>CD - CVT, em 27/05/2015: A Presidenta, Dep. Clarissa Garotinho (PR-RJ), avocou a relatoria desta proposição nos termos do Art. 41, VI do RICD</p>
<b>Nossa Posição</b>	<p>modificado em 29/09/2015 às 12:02</p> <p>DIVERGENTE</p> <p>O PL altera os arts. 227 e 256 da Lei nº 7.565/86 (CBA) fundamentalmente para:</p> <p>(i) obrigar as empresas transportadoras a incluírem no bilhete de passagem aérea informações sobre eventuais riscos à saúde e à segurança dos passageiros durante voos, bem como as contraindicações, ações e recomendações de prevenção; (ii) responsabilizar as empresas transportadoras por quaisquer complicações de saúde ao passageiro, causadas pela falta de informações prévias, ações e recomendações de prevenção, especialmente quanto aos riscos de trombose e embolia pulmonar em voos de longa duração; falta de atendimento médico de primeiros socorros, durante o voo ou procedimentos de embarque e desembarque de aeronave, defeitos relativos à prestação dos serviços de transporte aéreo, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.</p> <p>O autor justifica a proposição sob o argumento de que tem sido cada vez mais comum, não só no Brasil, a incidência de passageiros manifestando sintomas de trombose das veias profundas das pernas (TVP) e embolia pulmonar, especialmente durante a fase final de voos de longa duração ou na hora do desembarque e que tal fenômeno tem sido apelidado de "trombose do viajante" ou "síndrome da classe econômica", exatamente por acometer majoritariamente passageiros de voos com pouco espaço entre poltronas, especialmente quando ficam muito tempo sentados ou sem movimentar as pernas.</p> <p>A imputação de responsabilidade por qualquer complicação de saúde do passageiro ou falta de atendimento médico à bordo da aeronave é incompatível com o regime legal estabelecido no Código</p>

## AREA RESTRITA

Civil e no Código Brasileiro de Aeronáutica sobre a responsabilidade civil das empresas transportadores por danos causados aos passageiros, além de contrariar as normas da Lei Complementar nº 93/95, que estabelece que o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subsequente se destine a complementar a lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa (Lei citada, art. 7º, IV).

A proposição, portanto, além de não atender os requisitos formais para sua viabilidade, implicará, se convertida em lei, em prejuízo para a segurança jurídica das empresas aéreas transportadoras e em potencial aumento de custos decorrente da ampliação dos riscos que serão impostos à atividade empresarial, com prejuízo para os consumidores.

### PL 2799/2000

**Autor:** Deputado Jair Bolsonaro (PPB/RJ)

**Relator:**

**Status:** em análise

**Tema:** Aeronautas e Aeroviários

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 12:08
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 12:08 Inclui como crime o descumprimento de instrução recebida de tripulante que possa ameaçar a segurança da embarcação ou aeronave ou causar dano à saúde e à integridade das pessoas a bordo.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 12:08 19/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados ( MESA ) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-291/2015. Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-291/2015
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 12:08

## AREA RESTRITA

### PL 3568/2008

**Autor:** Deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

**Relator:**

**Status:** em análise

**Tema:** Relações de Consumo

**Prioridade:** Não

<b>Foco</b>	modificado em 29/09/2015 às 12:10
<b>O que é</b>	modificado em 29/09/2015 às 12:10 Assegura o livre acesso do portador de deficiência visual a locais públicos e privados de quaisquer natureza, bem como em qualquer meio de transporte, acompanhado de seu cão guia.
<b>Situação</b>	modificado em 29/09/2015 às 12:10 17/08/2015 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES ( CCP ) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência Publicado no DCD de 18/08/2015, Letra B.
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 29/09/2015 às 12:10

### PL 1193/1995

**Autor:** JORGE ANDERS - PSDB/ES

**Relator:**

**Status:** encerrado

**Tema:** Regulação Tarifária

**Prioridade:** Sim

<b>Foco</b>	modificado em 24/09/2015 às 15:21 reduzir em 50% o valor das tarifas aéreas para as categorias de pessoas que menciona.
<b>O que é</b>	modificado em 11/09/2015 às 10:38 Determina que os idosos com mais de sessenta anos, os aposentados, os pensionistas e os ex-combatentes serão beneficiados com 50% (cinquenta por cento) de desconto na compra de passagens aéreas, rodoviárias e ferroviárias, para deslocamentos intermunicipais, interestaduais e internacionais.
<b>Situação</b>	modificado em 11/09/2015 às 10:38 Mesa Diretora. Aguardando inclusão na Pauta. 18/05/2015 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) - O projeto principal (PL 1967/1999) foi devolvido ao Relator, Dep. Sarney Filho (PV-MA).
<b>Nossa Posição</b>	modificado em 18/09/2015 às 10:55 DIVERGENTE O projeto tem por finalidade instituir política social assistencialista, para obrigar as empresas a financiarem, com recursos próprios, os custos decorrentes de tal política. Todavia, não indica a necessária contrapartida da fonte de custeio pública, ou seja, perante tal omissão o pressuposto é que tal custo seja suportado exclusivamente pelas empresas transportadoras, inobstante já estarem as mesmas submetidas ao pagamento de elevados tributos (impostos e contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico) especialmente criados e destinados para a mesma finalidade.

## AREA RESTRITA

De regra sustenta-se que a adoção de políticas assistencialistas é compatível com o novo pacto social expresso na Constituição Federal de 1988, onde a República tem por fundamento construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais, além de promover o bem de todos (CF, art. 3º).

Ocorre que, exceto no que se refere à gratuidade do transporte coletivo urbano para os maiores de 65 anos (CF, art. 230, § 2º), a Constituição determina que a seguridade social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de contribuições sociais especialmente instituídas para a mesma finalidade e que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total (art. 195, caput e § 5º). A par disto, autoriza que sejam instituídas outras fontes destinadas a garantir a manutenção ou expansão da seguridade social (art. 195, § 4º), porém ressalva que neste caso devem ser observadas as disposições do art. 154, I, que autoriza a criação, mediante lei complementar, de impostos não previstos no seu art. 153, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados.

A proposição, portanto, não preenche os requisitos constitucionais exigidos para a sua aprovação, além do que, se convertida em lei, implicará no aumento dos preços das passagens aéreas, com prejuízo para os consumidores não alcançados pelo benefício social pretendido.